

COLÉGIO SÃO LUÍS

ENSINO MÉDIO
CURSO DE METODOLOGIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Gabriela Elias Sallum

A resistência indígena do povo Xingu na preservação de sua cultura e território

Até que ponto os povos indígenas da região do Xingu têm resistido à colonização e aos impactos do desenvolvimento, buscando preservar suas tradições, ao lado do contato com os saberes ocidentais e o mundo capitalista?

Gabriela Elias Sallum

A resistência indígena do povo Xingu na preservação de sua cultura e território

Artigo apresentado como requisito de aprovação em “Metodologia de Iniciação Científica”, na 2ª série do EM do Colégio São Luís

Orientador: Prof. Especialista Evandro César dos Santos

Colégio São Luís
2025

Dedicatória

Dedico este trabalho aos povos indígenas do Xingu, cuja resistência, sabedoria e coragem diante das adversidades inspiraram cada linha desta pesquisa. Que esta obra seja uma pequena forma de reconhecimento à luta cotidiana pela preservação do território, da cultura e da dignidade, que seguem vivos apesar dos inúmeros desafios que eles enfrentam.

À minha mãe, dedico com gratidão profunda por seu amor incondicional, paciência e incentivo em todos os momentos da minha trajetória. Sem o seu apoio constante, este trabalho não seria possível.

Agradecimento

Agradeço primeiramente à minha mãe, que despertou em mim a curiosidade pelo Xingu e o carinho pelos povos que ali vivem. Foi ela quem me proporcionou as viagens às aldeias e sempre esteve ao meu lado, apoiando-me em cada etapa deste percurso acadêmico e pessoal.

Ao meu pai, pelo apoio e presença ao longo desta jornada.

Ao meu orientador, registro minha gratidão pelo acompanhamento atento, pela paciência e pelas orientações que tornaram possível a construção deste trabalho.

Ao meu tio Fábio Atui, criador do Xingu+Catu, agradeço por ter me proporcionado a oportunidade de conhecer de perto o Xingu, incentivando-me em minha trajetória acadêmica e compartilhando reflexões e falas que enriqueceram este estudo. Sua confiança e apoio foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

Sou profundamente grata aos dois entrevistados indígenas, Jywateju e Moré, que com generosidade e disposição, compartilharam suas experiências e relatos. Suas vozes conferem autenticidade e profundidade a este trabalho, e sem elas ele não teria o mesmo valor.

Por fim, agradeço a todos os povos indígenas do Xingu, que me acolheram e me ensinaram por meio de sua força, sabedoria e resistência. Este trabalho é também um reconhecimento à sua luta diária e um tributo à preservação de sua cultura e de seus territórios.

“Enquanto acreditarmos que a Terra é apenas um cenário para a existência humana, continuaremos destruindo a nós mesmos.”
- Ailton Krenak

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar as dificuldades que os povos indígenas do Xingu enfrentam diante da invasão de seus territórios, visando entender como os indígenas resistem à modernização e conseguem garantir seus direitos territoriais e culturais. O estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e em entrevistas realizadas com lideranças e membros de comunidades indígenas do Xingu. Os resultados apontam que, apesar das constantes violações de direitos e da ausência de políticas públicas efetivas, os povos indígenas do Xingu reafirmam sua resistência por meio da valorização das tradições, da luta pelo território e da mobilização comunitária.

Palavras-chave: Resistência indígena; Xingu; Terra

ABSTRACT

The research aims to analyze the difficulties faced by the Indigenous peoples of the Xingu in the context of territorial invasion, seeking to understand how they resist modernization and ensure their territorial and cultural rights. The study adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary research, as well as interviews conducted with leaders and members of Indigenous communities of the Xingu. The results indicate that, despite constant violations of rights and the absence of effective public policies, the Indigenous peoples of the Xingu reaffirm their resistance through the valorization of traditions, the defense of territory, and community mobilization.

Keywords: Indigenous resistance; Xingu; Land.

Lista de ilustrações

FIGURA 1 – Mapa da localização do Parque Xingu e aldeias	13
FIGURA 2 – Decreto n. 50.455 de 14/04/61 [criou o PIX]	15
FIGURA 3 - Área de desmatamento avançando em direção ao PIX, pressionando territórios e ecossistemas tradicionais	17
FIGURA 4 – Queimada florestal junto ao rio Xingu	20
FIGURA 5 – Localização da Usina Hidrelétrica Belo Monte	20
FIGURA 6 – Protesto indígena com cartaz “Não Belo Monte”	22
FIGURA 7 – Fazendo o bem a quem não tem	25
FIGURA 8 – Distância não é uma barreira	26
FIGURA 9 – Localização da aldeia Samauna, Wawi	27
FIGURA 10 – Aldeia Samauna, Wawi	27
FIGURA 11 - Primeiro encontro com o Cacique	28
FIGURA 12 – O presidente Lula, com o Cacique Raoni, durante a visita ao Xingu....	32
FIGURA 13 – Moré	35
FIGURA 14 – Jywateju Kayabi	36
FIGURA 15 – Dr. Fábio Atui	37
FIGURA 16 – Qualidade das salas de aula da aldeia Kayabi	41
FIGURA 17 – Qualidade da sala de aula em Samauna	42

Lista de tabelas:

Tabela 1: Tabela de todas as aldeias do Parque indígena do Xingu_____14

Lista de abreviaturas e siglas:

- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- CASAI – Casa de Saúde Indígena
- DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
- HC – Hospital das Clínicas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- ISA – Instituto Socioambiental
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
- ONG – Organização Não Governamental
- PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
- PIX – Parque Indígena do Xingu
- SASI-SUS – Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde
- SUS – Sistema Único de Saúde
- UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. RESISTÊNCIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DOS POVOS INDÍGENAS DO XINGU NA PRESERVAÇÃO DE SUAS CULTURAS E TERRITÓRIO	17
2.1 Pressões sobre o Território: Agronegócio, Desmatamento, Garimpo e Hidrelétricas ..	17
2.2 Questões de Saúde e Segurança Alimentar	22
2.3 Educação e Cultura: Ensino Bilíngue, Perda de Línguas e Valorização dos Saberes Tradicionais	29
2.4 Relações com o Estado e Políticas Públicas.....	30
2.5 Etnocídio, Racismo e Apagamento Cultural	33
3. PERSPECTIVAS INDÍGENAS E AÇÕES DE SAÚDE: RELATOS DO XINGU	35
3.1 Apresentação dos entrevistados e metodologia.....	35
3.2 Segurança alimentar e impactos ambientais	38
3.3 Saúde primária e integração com o SUS	39
3.4 Educação e preservação cultural.....	40
3.5 Políticas públicas, ausência do Estado e estratégias de resistência	43
4. Saberes em articulação e o papel do Xingu na construção de um futuro sustentável.....	44
4.1 Saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais: um diálogo pela autonomia	44
4.2 O Xingu como território estratégico para o Brasil.....	45
4.3 Identidade nacional e conservação ambiental: um mesmo caminho	45
4.4 Caminhos para a autonomia e a preservação	46
4.5 O filme “Xingu” como memória e reflexão crítica	46
4.6 Considerações finais do capítulo	47
CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

INTRODUÇÃO

A história do Brasil está intimamente ligada à presença e resistência dos povos indígenas. Muito antes da chegada dos colonizadores europeus, já era habitado o território, com línguas, culturas e formas de organização próprias. Apesar dessa importância histórica e cultural, a trajetória indígena tem sido marcada por processos de violência, exclusão e apagamento. Ao longo dos séculos, a expansão territorial e econômica do Estado brasileiro se deu, em grande parte, à custa da expropriação de terras e da negação de direitos desses povos originários. Até hoje, persistem estigmas, preconceitos e uma visão estereotipada sobre o que é “ser indígena”, o que dificulta o reconhecimento da diversidade e da riqueza dessas culturas.

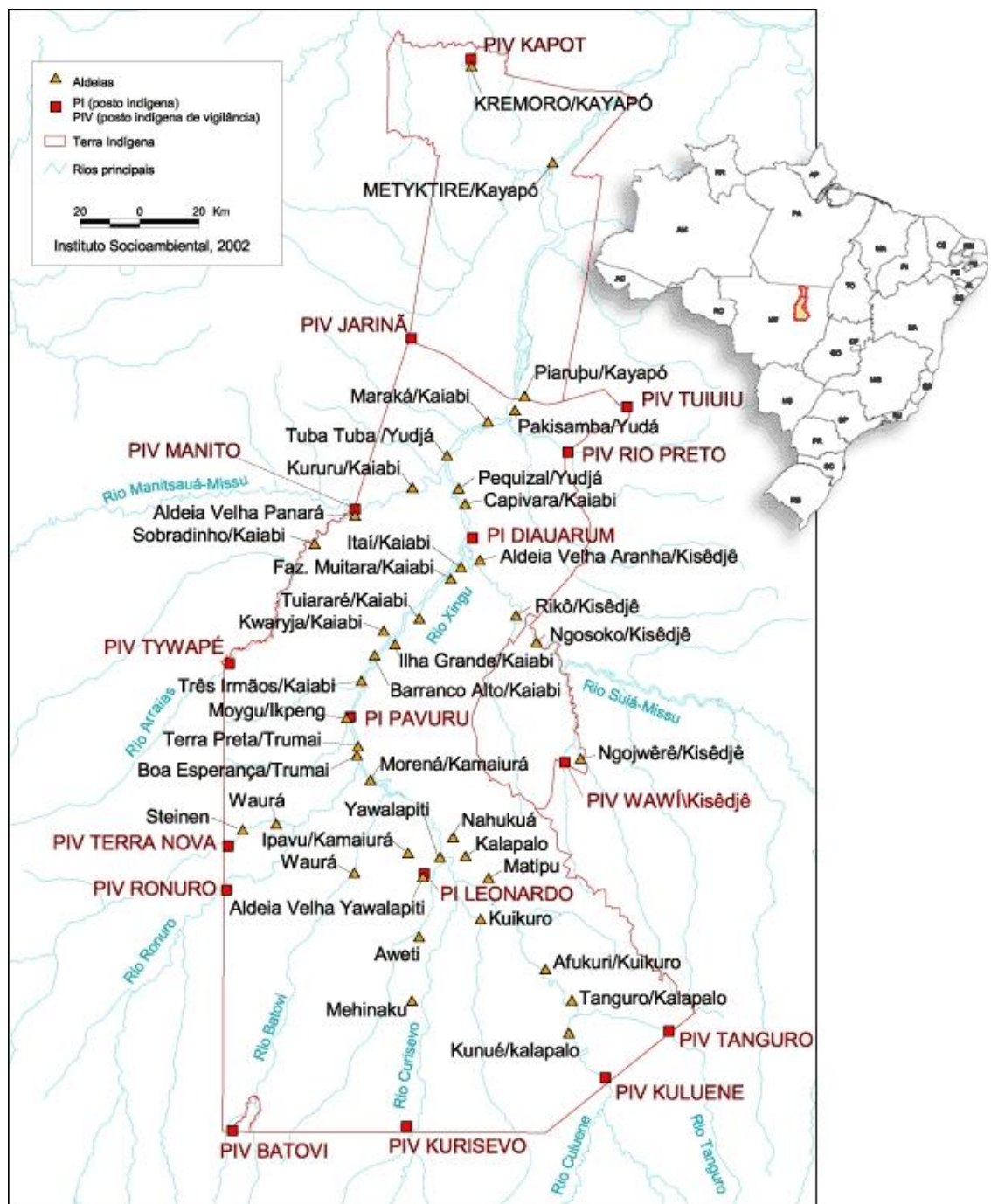
Diante desse contexto, a questão central que orienta esta pesquisa é: até que ponto os povos indígenas da região do Xingu têm resistido à colonização e aos impactos do desenvolvimento, buscando preservar suas tradições, ao lado do contato com os saberes ocidentais e o mundo capitalista? Essa pergunta norteia todo o estudo, pois busca compreender os limites e as possibilidades de resistência desses povos frente às pressões externas, bem como os mecanismos que utilizam para manter sua identidade cultural e sua relação com o território.

Segundo Ailton Krenak, líder indígena e autor da obra “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas foi historicamente marcada por uma lógica de extermínio. Krenak aponta que esse processo foi sustentado por uma expectativa ilusória de que os indígenas seriam isolados ou desapareceriam com o tempo, enquanto o avanço econômico especialmente o agronegócio ocuparia seus territórios ancestrais. Diante disso, ele defende uma ruptura com essa lógica, propondo a valorização dos saberes indígenas como caminhos alternativos de existência e convivência com a natureza.

Esta pesquisa tem como foco os processos de resistência dos povos indígenas da região do Xingu, localizado no estado do Mato Grosso. O Parque Indígena Xingu (PIX) é uma das áreas de preservação mais importantes do Brasil, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural (Figura 1). Criado em 1961, sua fundação foi resultado dos

esforços dos irmãos Villas-Bôas, o Orlando, Cláudio e Leonardo com o apoio de nomes relevantes como o antropólogo Darcy Ribeiro e o Marechal Rondon. Desde sua criação, o parque tem como principal objetivo garantir a preservação do modo de vida dos povos indígenas que ali habitam.

Figura 1: Localização do Parque do Xingu e das aldeias indígenas no interior do PIX



Fonte: "Instituto Socioambiental. Xingu – Povos Indígenas no Brasil [online]. Disponível em: <https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>. Acesso em: 24 out. 2025.

Com cerca de 2,6 milhões de hectares, o PIX abriga aproximadamente sete mil indígenas (dados de estimativas do ISA/FUNAI) de 16 etnias, como os Kuikuro, Kamaiurá, Kayapó e Yawalapiti.

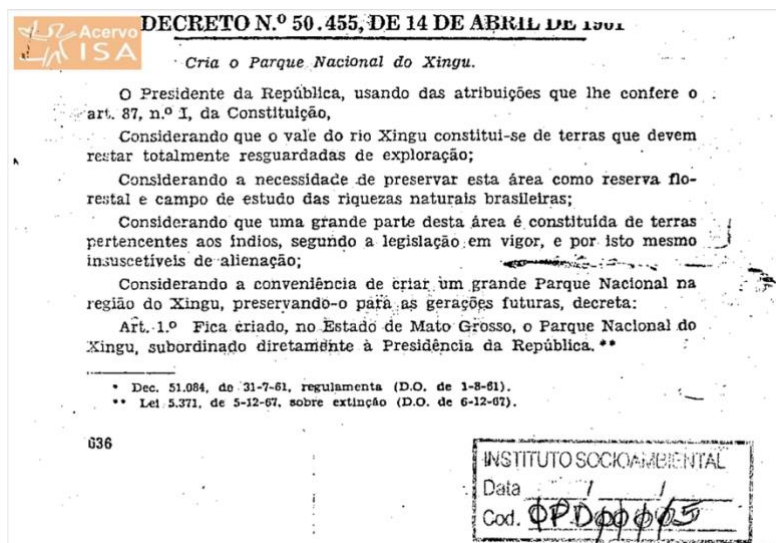
Tabela 1: Tabela de todas as aldeias do Parque indígena do Xingu

Povos	Família linguística	Language
Aweti	Aweti	Aweti
Ikpeng	Karib	Txikão (ikpeng)
Kalapalo	Karib	Kalapalo
Kamaiurá	Tupi-Guarani	Kamayurá
Kawaiwete (Kaiabi)	Tupi-Guarani	Kayabi
Khisêjtê	Jê	Suyá
Kuikuro	Karib	Kuikuro
Matipu	Karib	Matipú
Mehinako	Aruak	Mehinako
Nahukwá	Karib	Nahukuá
Naruvotu	Karib	
Tapayuna	Jê	Tapayuna
Trumai	Trumái	Trumái
Wauja	Aruak	Waurá
Yawalapiti	Aruak	Yawalapiti
Yudja	Juruna	Yudjá

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

Esses povos mantêm profundos laços históricos, culturais e espirituais com o território, relacionando-se com a natureza por meio da caça, pesca, agricultura, rituais e outras práticas culturais que são essenciais para sua identidade coletiva. Reconhecido como terra indígena demarcada e protegida por lei federal, o PIX representa um marco na luta pelos direitos dos povos originários e na preservação da diversidade cultural e ambiental da região amazônica.

Figura 2: Decreto n. 50.455 de 14/04/61 [cria o Parque Nacional do Xingu].



Fonte: SOCIOAMBIENTAL. Acervo Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/OPD00005.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

A pesquisa busca compreender de que maneira esses povos têm resistido às pressões externas como a expansão do agronegócio, a construção de grandes obras de infraestrutura, o desmatamento e o garimpo ilegal ao mesmo tempo em que preservam seus modos de vida, suas tradições culturais e seu vínculo com a terra.

O problema central deste trabalho está na investigação dos limites e das possibilidades de resistência dos povos do Xingu frente às ameaças históricas e contemporâneas que atingem seus territórios e culturas. Procura-se entender como essas comunidades mantêm sua identidade cultural diante de forças externas que buscam a sua desestabilização. Além disso, pretende-se analisar como esses povos articulam estratégias de resistência e diálogo com o mundo não indígena, seja por meio da política, da educação, do artesanato ou do uso consciente dos meios de comunicação.

Estudar essa temática se justifica pela urgência dos debates sobre os direitos dos povos indígenas no Brasil atual. Em um contexto de crescentes ataques a seus territórios e de políticas públicas que muitas vezes desconsideram suas necessidades. Compreender a resistência indígena não é apenas uma tarefa acadêmica, mas

também ética e política. O PIX, por sua importância histórica, cultural e ambiental, é um símbolo dessa resistência e um território fundamental para refletirmos sobre os caminhos de convivência entre diferentes formas de vida e de saber.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo da luta e permanência cultural dos indígenas do Xingu diante dos impactos provocados por agentes externos, como o Estado e grandes empreendimentos econômicos. Como objetivos específicos, busca-se: (1) identificar os principais desafios enfrentados pelos povos do PIX no contexto atual; (2) compreender as estratégias culturais e políticas de resistência adotadas por essas comunidades; (3) examinar como esses povos articulam saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais para garantir sua autonomia; e (4) refletir sobre o papel do Xingu na construção da identidade nacional e na conservação ambiental.

A metodologia adotada nesta pesquisa é de caráter qualitativo, com base em revisão bibliográfica, análise documental e produção audiovisual. Foram consultadas obras acadêmicas, como “Terror e resistência no Xingu” (De Francesco, 2021), que aborda os impactos da Usina de Belo Monte e a organização política dos ribeirinhos, além da obra de Krenak. A análise da filmografia, como o filme Xingu (2011), dirigido por Cao Hamburger, contribuiu para entender como o Parque do Xingu foi construído e representado na mídia. Além disso, foram utilizados dados e relatórios de instituições como o Instituto Socioambiental (ISA) e a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). A pesquisa também se apoia em vivências de campo e observações diretas realizadas por meio de visitas e registros fotográficos.

As análises apresentadas neste capítulo são complementadas por entrevistas realizadas durante trabalho de campo no Parque Indígena do Xingu, entre os meses de abril de 2023 e fevereiro de 2025. Foram entrevistadas três pessoas, uma indígena de 43 anos, que é mãe, e relatou as dificuldades do dia a dia. O diretor da escola local, que durante minha expedição ao Xingu se mostrou bastante interesse no trabalho que estamos realizando e consegui entrevistá-lo por uma chamada de vídeo no dia 21 de agosto. Doutor Fábio Atui, o fundador, organizador e coordenador da ONG Xingu + Catu, que me deu a oportunidade de participar pessoalmente de duas expedições. A finalidade das entrevistas tem como objetivo de compreender suas percepções sobre os principais desafios enfrentados atualmente e as estratégias de resistência cultural

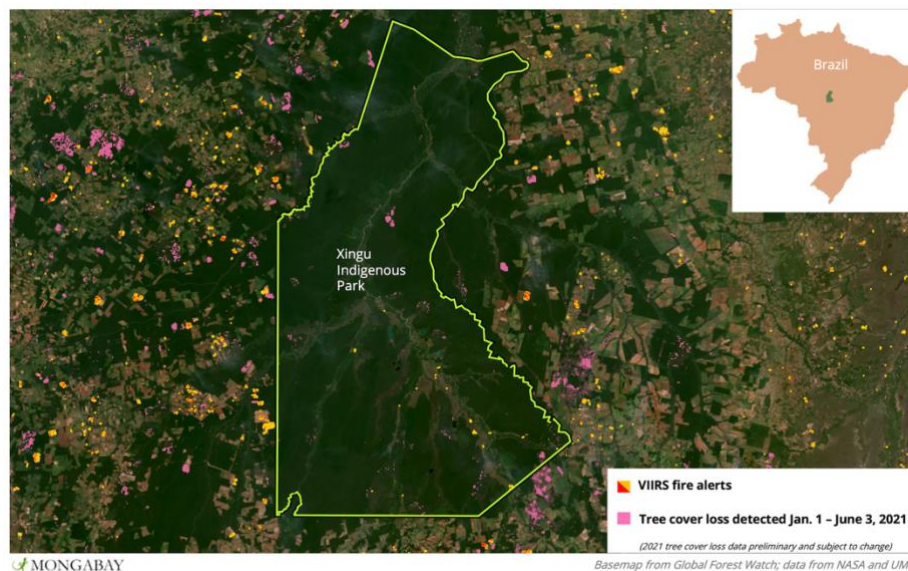
e territorial em curso. Todas as entrevistas foram autorizadas pelas comunidades, respeitando os princípios éticos da pesquisa com populações indígenas.

2. RESISTÊNCIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DOS POVOS INDÍGENAS DO XINGU NA PRESERVAÇÃO DE SUAS CULTURAS E TERRITÓRIO

2.1 Pressões sobre o Território: Agronegócio, Desmatamento, Garimpo e Hidrelétricas

O Parque Indígena do Xingu (PIX), localizado no norte do Mato Grosso, enfrenta pressões crescentes que comprometem a integridade territorial e cultural dos povos indígenas que ali vivem. Entre as principais ameaças estão o avanço do agronegócio, o desmatamento, o garimpo ilegal e os grandes empreendimentos de infraestrutura. Essas forças externas impactam diretamente os modos de vida tradicionais, os ecossistemas da floresta e o direito à autodeterminação dos povos originários.

Figura 3: Áreas de desmatamento avançando em direção ao Parque Indígena do Xingu, pressionando territórios e ecossistemas tradicionais



Fonte: MONGABAY. Slash-and-burn clearing nears Indigenous park as Brazil's fire season ignites. Mongabay, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/06/slash-and-burn-clearing-nears-indigenous-park-as-brazils-fire-season-ignites/>. Acesso em: 14 out. 2025.

O mapa do Parque Indígena do Xingu evidencia o contraste entre a área protegida e o entorno, marcado por intensos processos de desmatamento e focos de queimadas. Enquanto dentro dos limites do parque a cobertura florestal ainda se

mantém preservada, as áreas ao redor sofrem crescente perda de vegetação, conforme indicam os alertas de fogo (em amarelo) e a perda de cobertura arbórea entre janeiro e junho de 2021 (em rosa). Essa representação espacial permite compreender como a pressão do agronegócio e do uso intensivo do solo ameaça diretamente a integridade do território indígena, reforçando a centralidade da luta pela demarcação e manutenção das terras tradicionais.

A Amazônia Legal é uma área administrativa criada para planejar o desenvolvimento sustentável da região amazônica, abrangendo nove estados, incluindo o norte de Mato Grosso, onde está localizado o Parque Indígena do Xingu.

A expansão da chamada fronteira agrícola, tem provocado intensificação do desmatamento, contaminação por agrotóxicos e grilagem de terras públicas nas áreas ao entorno do PIX. Grilagem de terras refere-se à ocupação ilegal de territórios públicos que são falsamente registrados como propriedade privada, frequentemente por meio de documentos falsificados ou fraudes.

Embora dados do INPE apontem uma queda no desmatamento da Amazônia Legal no período recente, isso ainda não reflete a realidade da bacia do Xingu. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI, 2023), a taxa consolidada de desmatamento na Amazônia legal foi de 9.064 km² entre agosto de 2022 e julho de 2023, uma redução de 21,8% em relação ao período anterior. Além disso, o sistema DETER-B do INPE registrou uma queda de 38% nos alertas de desmatamento na Amazônia no primeiro semestre de 2024, ficando em 1.639 km², o menor valor desde 2018.

No entanto, a região do Xingu continua entre as mais pressionadas pela fronteira agrícola. A conversão de florestas em lavouras de soja e milho tem alterado drasticamente a paisagem, reduzido a biodiversidade e ameaçado os recursos naturais essenciais para a sobrevivência das comunidades indígenas.

Além disso, a intensificação do garimpo ilegal e da exploração madeireira representa uma ameaça constante. Essas atividades, geralmente associadas a redes criminosas, promovem não apenas degradação ambiental, mas também conflitos armados, contaminação de rios por mercúrio e invasões em terras demarcadas. Em

2023, o garimpo ilegal devastou cerca de 1.409 hectares em Terras Indígenas Yanomami, Kayapó e Munduruku, o que equivale à abertura de quatro campos de futebol por dia nessas áreas. A Amazônia concentra mais de 90% do garimpo ilegal no Brasil, com quase 50 mil hectares incorporados a essa atividade nos últimos cinco anos (MAPBIOMAS, 2023). O uso de mercúrio no processo de extração contaminou rios e peixes, ameaçando a saúde das populações ribeirinhas e indígenas (GREENPEACE, 2023).

Quanto à exploração madeireira ilegal, entre agosto de 2022 e julho de 2023 a área com extração de madeira aumentou 19%, passando de 106 mil para 126 mil hectares, sendo que 77% da exploração no Amazonas foi ilegal (IMAZON, 2023). Essas atividades provocam degradação ambiental, redução da biodiversidade e colocam em risco os modos de vida tradicionais das comunidades indígenas (SOCIOAMBIENTAL, 2023).

Um dos maiores impactos vivenciados pelas populações indígenas do Xingu, especialmente aquelas que vivem na bacia do rio, foi provocado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) no sudoeste do Pará. Embora a usina esteja fisicamente localizada em grande parte no estado do Pará, os efeitos socioambientais do empreendimento atravessam fronteiras estaduais, atingindo diretamente povos como os Juruna (Yudjá), Arara, Xipaya, Kayapó e outros habitantes tradicionais da Volta Grande do Xingu, trecho do rio caracterizado por curvas acentuadas e corredeiras, próximo ao município de Altamira (PA). Essa região concentra uma rica biodiversidade aquática e áreas de uso tradicional pelos povos indígenas e ribeirinhos. Pesquisas científicas e relatos de comunidades indicam que a construção da usina provocou alterações no regime de cheias e secas do rio, impactando a reprodução de peixes e, conseqüentemente, a pesca tradicional, atividade central para a subsistência e cultura local.

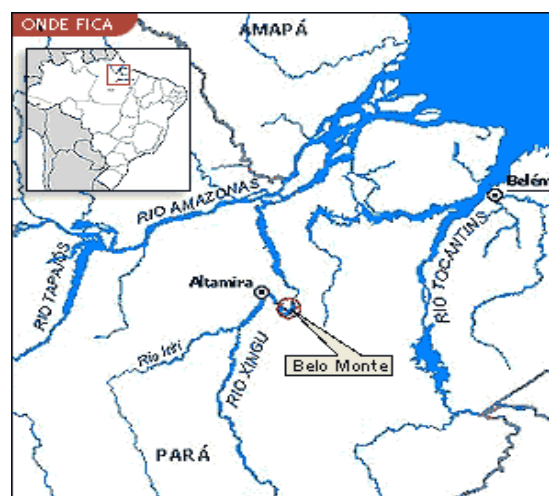
Figura 4: Queimada florestal junto ao rio Xingu



Fonte: EL PAÍS BRASIL. Meio ambiente: Belo Monte ameaça 50 espécies de peixes únicas no mundo. El País Brasil, 08 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/08/ciencia/1452249996_241713.html. Acesso em: 14 out. 2025.

Queimada florestal próxima ao rio Xingu, utilizada para limpar e preparar o terreno para a construção da represa da UHE Belo Monte. A prática evidencia o impacto direto das obras sobre a vegetação nativa, contribuindo para a perda de biodiversidade e alterações no ecossistema local, afetando habitats de peixes e outros animais aquáticos, bem como a subsistência das comunidades indígenas e ribeirinhas que dependem do rio.

Figura 5: Localização da Usina Hidrelétrica Belo Monte



Fonte: SOUZA, Angelita Matos. Caminhos do desenvolvimento: a UHE Belo Monte como caso ilustrativo da complexidade implicada. Confins [online], 28 | 2016, posto online 30 set. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11055>. Acesso em: 24 out. 2025.

No livro *Terror e Resistência no Xingu* (2022), a pesquisadora Ana Alves analisa como a implantação de Belo Monte representou uma forma de violência institucionalizada contra os povos originários da região. Segundo a autora, o discurso oficial de desenvolvimento foi utilizado como ferramenta para deslegitimar o conhecimento indígena e justificar a imposição do projeto, sem consulta prévia e com sérias violações de direitos. Alves denuncia que os impactos de Belo Monte não são apenas ambientais, mas também psicológicos e culturais, uma vez que desorganizam o tecido comunitário e espiritual que sustenta essas populações.

A região da Volta Grande do Xingu foi especialmente afetada pelo desvio de até 80% do volume de água do rio, o que alterou o regime hidrológico local, comprometeu a pesca tradicional, a agricultura de várzea e o acesso à água potável. A pesquisadora mostra que esse processo gera o que ela chama de “etnocídio programado”, já que mina, de forma contínua, as condições para a reprodução social e simbólica das culturas indígenas e ribeirinhas.

A resistência a Belo Monte mobilizou diversas frentes: protestos nas margens do rio, ações judiciais, denúncias internacionais e o protagonismo de lideranças como Raoni Metuktire, dos Kayapó, que denunciaram os impactos da obra em fóruns globais. Embora a usina já esteja em operação, as comunidades continuam atuantes e articuladas. Atualmente, demandam principalmente a implementação de um Hidrograma Piracema, para garantir vazão adequada à reprodução dos peixes na Volta Grande do Xingu, promovem alternativas que respeitem seus modos de vida e direitos, e fortalecem iniciativas como o Monitoramento Ambiental Territorial Independente (MATI), que associam ciência e saberes indígenas em defesa da vida.

Pensadores indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa também ajudam a compreender o significado mais profundo desses conflitos. Krenak (2019) nos lembra que “quando o rio morre, uma parte de nós morre junto”. Já Kopenawa, em *A Queda do Céu*, denuncia a arrogância do “homem branco” em destruir os fundamentos do mundo com suas máquinas e promessas vazias de progresso.

Portanto, Belo Monte é mais do que um projeto de geração de energia: é um emblema de um modelo de desenvolvimento que insiste em excluir, calar e deslocar os povos originários em nome de um progresso que não os inclui. Ao mesmo tempo,

é também símbolo da luta persistente dos povos do Xingu pela preservação de seus territórios, seus saberes e seu direito de existir com dignidade.

Figura 6: Protesto indígena com cartaz “Não Belo Monte”



Fonte: AMAZON WATCH. Manifestação indígena contra Belo Monte (imagem). Disponível em: <https://amazonwatch.org/news/2016/0317-belo-monte-a-symbol-of-obscene-destruction-and-corruption-in-brazil>. Acesso em: 25 out. 2025.

Manifestação de povos indígenas na região do Xingu contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O ato expressa a indignação diante da violação de direitos territoriais, do deslocamento forçado de comunidades e da destruição ambiental causada pelo empreendimento. A mobilização simboliza a resistência coletiva dos povos originários frente a um modelo de desenvolvimento imposto, que prioriza interesses econômicos em detrimento da vida e da cultura indígena.

2.2 Questões de Saúde e Segurança Alimentar

A saúde dos povos indígenas do Xingu está diretamente ligada ao seu território, à qualidade ambiental e à preservação de seus modos de vida tradicionais. No entanto, esse equilíbrio tem sido constantemente ameaçado por fatores externos, como a contaminação dos rios e solos por agrotóxicos, a presença de garimpo ilegal e o desmatamento ao redor do Parque Indígena do Xingu (PIX), todos decorrentes do avanço do agronegócio e de grandes empreendimentos econômicos.

Diversos estudos, como os conduzidos pelo Instituto Socioambiental (ISA), apontam que o uso intenso de pesticidas nas lavouras de soja e milho próximas ao PIX tem contaminado corpos d'água fundamentais para a sobrevivência das comunidades. Essa contaminação afeta diretamente a segurança alimentar, comprometendo a pesca, a coleta de frutos e a agricultura tradicional, pilares da nutrição indígena.

No campo das políticas públicas, a atenção à saúde indígena é responsabilidade do Estado brasileiro, por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e gerido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). No território do Xingu, essa estrutura se materializa através do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu (DSEI Xingu), que abrange uma população de aproximadamente 8.727 pessoas distribuídas em 58 aldeias. O DSEI Xingu organiza as ações de saúde nas aldeias por meio de equipes multidisciplinares, compostas por médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos e agentes indígenas de saúde. Essas equipes são responsáveis por realizar atendimentos clínicos, vacinação, acompanhamento pré-natal, campanhas de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Além disso, os agentes indígenas de saúde atuam como elo entre as equipes profissionais e as comunidades, garantindo comunicação bilíngue, respeito aos saberes tradicionais e fortalecimento da saúde comunitária. Em relação às infraestruturas de apoio, segundo o Relatório de Gestão do DSEI Xingu (BRASIL, 2023), o distrito possui 23 caminhonetes 4x4, quatro vans, 20 embarcações e 20 motores de popa, essenciais para o transporte e acesso às áreas remotas. Em termos de infraestrutura fixa, o DSEI conta com duas Casas de Saúde Indígena (CASAI) próprias e outras em processo de reforma ou locação, além de imóveis alugados para abrigar as equipes de saúde. Esses dados evidenciam a complexidade e a abrangência das ações de saúde no território do Xingu, destacando os esforços para oferecer uma atenção integral e diferenciada às comunidades indígenas.

Apesar dessa estrutura institucional, a realidade vivida nas aldeias ainda revela dificuldades no acesso regular a atendimentos de qualidade, falhas no fornecimento de medicamentos, ausência de profissionais especializados e limitações no transporte de pacientes para cidades mais próximas. Durante a pandemia de COVID-19, essas deficiências se tornaram ainda mais evidentes. Em 2020, o DSEI Xingu registrou mais

de 1.200 casos confirmados da doença, com forte impacto entre os povos Kaiapó, Kamaiurá e Yawalapiti (ISA, 2020). A precariedade da assistência ficou clara: faltaram testes, respiradores e medicamentos básicos, e a logística para transporte de pacientes graves até hospitais de referência era demorada e limitada, resultando em atrasos no atendimento.

Segundo levantamento do Observatório de Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), a taxa de letalidade por COVID-19 entre indígenas chegou a ser 50% maior do que na população brasileira em geral (OPI, 2021). Além disso, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontou que a pandemia agravou quadros de ansiedade, depressão e insegurança alimentar nas comunidades indígenas, revelando a vulnerabilidade da saúde física e mental dessas populações (Fiocruz, 2021).

Diante desse contexto, diversas iniciativas da sociedade civil organizada têm buscado preencher as lacunas deixadas pelo Estado. Um exemplo notável é o trabalho da ONG Xingu + Catu, que reúne profissionais voluntários da área da saúde, em sua maioria vinculados ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de oferecer atendimento médico gratuito e humanizado às comunidades indígenas do Parque do Xingu. A organização promove expedições periódicas à região, contemplando especialidades como clínica geral, pediatria, ginecologia e saúde coletiva, sempre com respeito às especificidades culturais e aos saberes tradicionais. Em sua terceira expedição, realizada entre junho e julho de 2023, em parceria com o Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USP, a ONG realizou 225 atendimentos, sendo 75 pediátricos, voltados à avaliação do crescimento, desenvolvimento neuropsicomotor e à promoção da saúde global das crianças. Essas ações reforçam a importância da atuação colaborativa entre profissionais da saúde e povos indígenas, ampliando não apenas o acesso a serviços médicos, mas também a compreensão intercultural sobre o cuidado e a vida.

Figura 7: Fazendo o bem a quem não tem



Fonte: acervo pessoal (2023)

Dra. Adriana Maluf Elias, pediatra voluntária da ONG Xingu + Catu, realiza atendimentos a crianças indígenas em aldeias do Xingu. A consulta ocorre em um espaço tradicional de madeira e palha, evidenciando o cuidado humanizado e intercultural oferecido pela equipe médica.

Além dos atendimentos presenciais, em junho de 2025, a equipe da Xingu + Catu passou a realizar também atendimentos virtuais com pacientes indígenas, como forma de ampliar o acesso contínuo à saúde e reduzir a necessidade de deslocamento até centros urbanos do Mato Grosso. A iniciativa busca manter o acompanhamento clínico das comunidades mesmo à distância, e sem invadir o espaço e privacidade dos indígenas.

Figura 8: Distância não é uma barreira



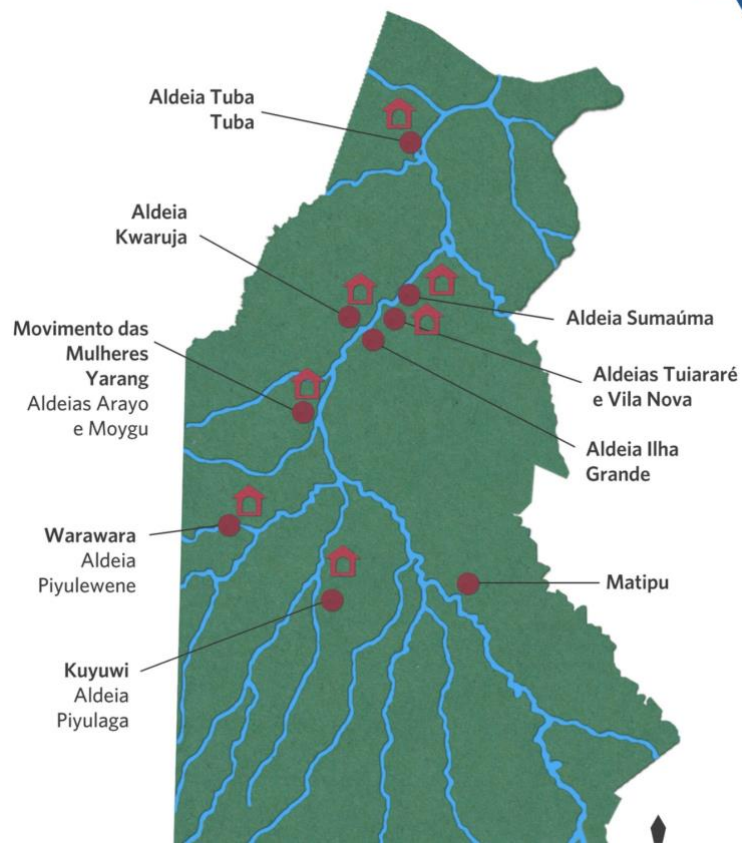
Fonte: Acervo pessoal (2025)

Na foto acima a Pediatra realiza atendimento virtual a crianças indígenas do Xingu. A consulta foi mediada por membros da ONG Xingu+Catu, em junho de 2025, como parte de um esforço para garantir assistência médica contínua às comunidades mesmo à distância.

Essa relação de confiança e reciprocidade é essencial para a construção de uma saúde indígena verdadeiramente intercultural, que reconheça o conhecimento tradicional como parte fundamental do processo de cura, em diálogo com a medicina não indígena. Além disso, a presença de iniciativas como a Xingu + Catu contribui para fortalecer a resistência dos povos do Xingu, pois reafirma seu direito à vida, ao território e ao cuidado com dignidade.

Todas as ações são realizadas com base nas demandas das aldeias, com conversas prévias com os caciques e consequentemente autorização deles.

Figura 9: Localização da aldeia Samaúna, Wawi



Fonte: REDE DE SEMENTES DO XINGU. Onde estamos. Disponível em: <https://sementesdoxingu.org.br/onde-estamos>. Acesso em: 14 out. 2025.

Figura 10: Aldeia Samaúna, Wawi



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Durante minha visita de campo, tive a oportunidade de acompanhar parte da atuação da ONG, que busca não apenas tratar doenças, mas também estabelecer relações de cuidado baseadas na escuta, no respeito e no intercâmbio de saberes.

Figura 11: Primeiro encontro com o cacique



Fonte: acervo pessoal, 2023

Assim, a saúde dos povos indígenas do Xingu não pode ser compreendida apenas em termos biomédicos, mas como parte de uma rede de saberes, práticas e valores que expressam sua resistência frente às transformações impostas pelo contato com o mundo ocidental e capitalista. A preservação da alimentação tradicional, da espiritualidade, da relação com a floresta e da autonomia comunitária constitui, portanto, uma dimensão fundamental dessa resistência cotidiana. Defender a saúde indígena é também defender a continuidade de um modo de vida ancestral que persiste, mesmo diante das pressões contemporâneas. Nesse sentido, fortalecer o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), garantir financiamento estável para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), valorizar a formação de profissionais de saúde indígenas e promover políticas que integrem medicina tradicional e biomedicina em bases de respeito intercultural são caminhos essenciais para assegurar não apenas o direito à saúde, mas também a sobrevivência cultural e territorial desses povos.

2.3 Educação e Cultura: Ensino Bilíngue, Perda de Línguas e Valorização dos Saberes Tradicionais

A educação é um dos pilares centrais na resistência dos povos indígenas do Xingu, pois está diretamente ligada à preservação das línguas, dos conhecimentos ancestrais e da autonomia cultural. Apesar dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996, art. 26, §2º), que prevê que a educação escolar indígena deve observar a preservação e valorização dos idiomas, culturas e modos de vida próprios, respeitando as especificidades de cada comunidade, o que se observa na prática é a ausência sistemática do Estado no cumprimento de uma educação indígena de qualidade, bilíngue, intercultural e acessível. Entre os principais desafios estão a formação insuficiente de professores indígenas, a falta de material didático adequado e a ausência de políticas consistentes que garantam efetivamente esses direitos nas escolas das aldeias.

Muitas aldeias do PIX ainda não possuem escolas próprias, o que obriga crianças e adolescentes a se deslocarem diariamente para outras aldeias, enfrentando longas caminhadas por trilhas ou trajetos de barco. Esse esforço constante não apenas compromete o rendimento escolar, como também coloca em risco a permanência dos jovens na escola, levando muitos à evasão. Em período de chuvas intensas, os acessos se tornam ainda mais difíceis, e as aulas são frequentemente interrompidas.

Mesmo nas aldeias onde existem escolas, os problemas estruturais são evidentes: falta de materiais didáticos nas línguas indígenas, ausência de bibliotecas, infraestrutura precária, formação pedagógica insuficiente para professores indígenas e pouco reconhecimento oficial dos saberes tradicionais como legítimos conteúdos escolares.

A omissão do Estado evidencia uma postura que, na prática, fragiliza a autonomia dos povos indígenas e dificulta a construção de uma educação comprometida com seus projetos de futuro. As escolas bilíngues seguem sendo ameaçadas por cortes de orçamento, ausência de investimento público e pela resistência institucional em aceitar currículos que fogem da lógica ocidental e colonizadora.

A perda de línguas indígenas é uma das consequências mais visíveis da aculturação. A linguista Bruna Franchetto (2016, p. 77) alerta que “cada língua extinta representa o desaparecimento de uma cosmovisão inteira”. Esse alerta reforça a urgência de políticas públicas voltadas à revitalização linguística, mas também evidencia a força das próprias comunidades em reagir a essa ameaça.

Em resposta, diversas etnias do Xingu têm promovido oficinas de língua, vídeo-documentários, livros infantis bilíngues e projetos audiovisuais comunitários, visando à transmissão dos saberes ancestrais às novas gerações. Para muitas comunidades, registrar e ensinar suas histórias é um ato de resistência e continuidade cultural. Como afirma o cineasta e educador indígena Takumã Kuikuro, “filmar nossas histórias é uma forma de ensinar nossas crianças e mostrar que nossa cultura não é do passado, é do agora” (KUIKURO, 2021). O audiovisual indígena tem se consolidado como uma ferramenta poderosa de educação intercultural, memória coletiva e protagonismo político.

A educação, para os povos do Xingu, não é apenas um direito: é uma ferramenta de sobrevivência e de luta. Ela constitui um dos principais meios pelos quais essas comunidades resistem aos impactos da colonização e do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que buscam equilibrar os saberes tradicionais com os conhecimentos ocidentais. Nesse sentido, a escola indígena torna-se um espaço de diálogo entre culturas, fortalecendo as identidades e reafirmando a autonomia dos povos diante das pressões externas.

2.4 Relações com o Estado e Políticas Públicas

As relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas do Xingu têm sido historicamente atravessadas por contradições entre avanços legais e a efetivação concreta de direitos. A Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos originários dos povos indígenas às suas terras tradicionais e estabelece o dever do Estado em protegê-los e respeitar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (BRASIL, 1988). Segundo o Art. 231 da Constituição:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições, e os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

No entanto, a aplicação desses instrumentos legais ainda se mostra insuficiente na prática, revelando a distância entre o discurso institucional e a realidade enfrentada pelas comunidades indígenas.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.340/2010 como uma das condicionantes da licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com o objetivo de mitigar impactos sociais e ambientais e promover um modelo de desenvolvimento sustentável na região do Xingu. Sua concepção se destacou pelo caráter participativo, com a realização de consultas públicas em municípios como Altamira, Uruará e Senador José Porfírio, além de seminários sobre cadeias produtivas, reforçando a proposta democrática do plano (BRASIL, 2010).

O Relatório Histórico do PDRSX (2023) evidencia a execução de mais de 300 projetos por diversos atores locais, totalizando aproximadamente R\$ 500 milhões em investimentos, geridos pela Synergia Consultoria em parceria com a Norte Energia. A governança do plano foi estruturada por meio do Comitê Gestor (CGDEX), que contou com representantes do governo e da sociedade civil, e de câmaras técnicas temáticas, responsáveis por áreas como infraestrutura, inclusão social, produção sustentável e território (BRASIL, 2023).

No entanto, o plano enfrenta sérias limitações que comprometem sua efetividade: a auditoria da CGU apontou fragilidades significativas na governança, como a extinção do Comitê Gestor entre 2019 e 2020, resultando em um vácuo institucional, paralisação parcial de recursos e transição de gestão conturbada para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Ademais, houve ausência de integração efetiva com a Câmara de Políticas de Integração e Desenvolvimento Regional, bem como riscos relevantes à continuidade do plano diante do novo arranjo de governança. Outras críticas apontam a falta de indicação de metas e indicadores claros no documento original, além de relações nebulosas entre o setor público e privado,

assimetrias de poder e sobreposição de mecanismos de participação social sem articulação com estruturas de controle existentes.

Recentemente, houve uma notícia positiva: em junho de 2025, após sete anos de paralisação, os editais do PDRSX foram retomados com um aporte inicial de R\$ 50 milhões, seguido pelo anúncio de novos editais com mais R\$ 150 milhões destinados a projetos voltados para conservação da biodiversidade, valorização das culturas tradicionais, fortalecimento das cadeias produtivas e apoio a comunidades indígenas e tradicionais, sinalizando uma nova fase de investimentos e de impulso à agenda regional

A ausência de políticas públicas permanentes, construídas com participação efetiva dos povos do Xingu e dotadas de orçamento próprio, compromete a efetividade das ações estatais. Como destaca o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2016, p. 28), professor do Museu Nacional da UFRJ e importante pesquisador das relações entre o Estado e os povos indígenas no Brasil, “os gestos simbólicos precisam ser acompanhados de ações estruturantes e sustentáveis”.

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Xingu, em 2023, foi um marco simbólico relevante e demonstrou a importância política atribuída ao diálogo com os povos originários. Contudo, gestos simbólicos embora relevantes no campo da representatividade, não substituem o compromisso efetivo com políticas públicas duradouras e coerentes com os princípios de autonomia e autodeterminação indígena.

Figura 12: O presidente Lula, com o cacique Raoni, durante visita ao Xingu



Fonte: STUCKERT, Ricardo. Fotografia divulgada pela Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/>. Acesso em: 07 out. 2025.

Nesse sentido, é fundamental que o Estado brasileiro avance, priorizando políticas que fortaleçam a capacidade de autogestão dos povos indígenas do Xingu. Isso inclui a garantia do direito à terra, à saúde, à educação intercultural e ao respeito às formas próprias de organização social, conforme previsto na legislação nacional e nos tratados internacionais ratificados pelo país.

2.5 Etnocídio, Racismo e Apagamento Cultural

Além das ameaças físicas e territoriais, os povos indígenas do Xingu enfrentam desafios simbólicos e sociais que impactam profundamente sua existência. Entre esses desafios, destaca-se o etnocídio, conceito fundamental para compreender a destruição sistemática das culturas indígenas, mesmo sem o extermínio físico de seus membros, diferentemente do genocídio, que busca a eliminação física de um grupo.

Conforme desenvolvido por Pierre Clastres, "O etnocídio é, portanto, a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento diferentes daqueles que conduzem a empresa da destruição" (CLASTRES, 1982, p. 53-54). Refere-se a aniquilação dos modos de vida, línguas, saberes e práticas espirituais de um povo, promovida por políticas públicas e pelo racismo estrutural presente na sociedade brasileira. "Julgar as diferenças a partir da sua própria cultura" (CLASTRES, 1982, p.55).

O racismo contra os povos indígenas se manifesta de diversas formas: desde a negação de sua identidade ("índio de verdade", "índio de cidade", "índio aculturado"), passando por estigmatizações e estereótipos, até a exclusão em espaços urbanos, escolas e serviços de saúde. Essa negação se reflete na dificuldade de acesso a direitos básicos, na invisibilidade das demandas indígenas e na tentativa constante de enquadrar os povos originários em modelos ocidentais de desenvolvimento e cidadania. Como aponta Krenak (2019), "o maior desafio é existir em um mundo que insiste em negar nossa humanidade e nossa diferença".

Essa forma de violência simbólica e institucional muitas vezes não é reconhecida como racismo por parte de setores da sociedade e da própria academia. No entanto,

para os próprios povos indígenas, a compreensão de que sofrem racismo é evidente. Como relatam Milanez et al. (2019)

“se para muitos acadêmicos de instituições brasileiras a violência contra populações indígenas não deve, ou não precisa, ser descrita como racismo, para os participantes indígenas do encontro não havia a menor dúvida de que sofrem e vêm sofrendo racismo desde a chegada dos europeus ao continente.” Milanez et al. (2019, p. 2170),

A perda de línguas indígenas é um dos aspectos mais graves desse etnocídio. Segundo a linguista Bruna Franchetto (2016), cada língua extinta representa o desaparecimento de uma cosmovisão única, de um modo próprio de ver e se relacionar com o mundo. No Xingu, apesar da diversidade linguística, muitas línguas estão ameaçadas, seja pela pressão do português nas escolas, seja pela migração de jovens para centros urbanos. O apagamento cultural, portanto, não se dá apenas pela violência física, mas também pela imposição de valores, práticas e saberes que desvalorizam as culturas indígenas.

Apesar dessas adversidades, os povos do Xingu têm desenvolvido estratégias de resistência simbólica e cultural. Oficinas de revitalização linguística, produção de livros bilíngues, festivais culturais, filmes e documentários realizados por cineastas indígenas, como Takumã Kuikuro, são exemplos de iniciativas que buscam reafirmar a identidade e valorizar os saberes ancestrais. O uso das mídias digitais e das redes sociais também tem sido fundamental para dar visibilidade às lutas e conquistas indígenas, rompendo o silêncio imposto pelo racismo e pelo apagamento histórico.

Davi Kopenawa afirma em *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami* (2015), “Nossa luta é para que nossos filhos e netos possam continuar sendo quem são, falando nossa língua, vivendo em nossa terra e mantendo nossos rituais.” (Kopenawa, 2015, p. 64). Assim, resistir ao etnocídio é também afirmar o direito à diferença, à memória e à continuidade dos modos de vida indígenas. O reconhecimento dessas múltiplas formas de vida é essencial para a construção de uma sociedade mais democrática, capaz de valorizar a diversidade e combater o apagamento cultural.

3. PERSPECTIVAS INDÍGENAS E AÇÕES DE SAÚDE: RELATOS DO XINGU

3.1 Apresentação dos entrevistados e metodologia

Para compreender a situação contemporânea dos povos indígenas do Xingu, foram realizadas entrevistas com protagonistas que possuem conhecimento direto sobre a vida comunitária e a prestação de serviços essenciais na região. As falas destes interlocutores permitem não apenas documentar a realidade das aldeias, mas também analisar como políticas públicas, ONGs e comunidades locais interagem na manutenção da vida e da cultura indígena.

Figura 13: Moré



Fonte acervo pessoal, 2025

Moré foi a primeira a ser entrevistada, é uma mãe indígena de 43 anos, residente na aldeia Samauna, localizada no Alto Xingu. Sua fala oferece uma visão interna sobre os desafios enfrentados no cotidiano da aldeia, incluindo questões relacionadas à alimentação, educação, saúde e políticas públicas. Ela relata, por

exemplo, que “muitas vezes falta comida e a gente precisa dividir o pouco que tem com todos da aldeia”, evidenciando a vulnerabilidade alimentar enfrentada pelas famílias. Além disso, destaca a importância da educação como forma de resistência: “a escola ajuda nossos filhos a aprender o que é do branco, mas também a não esquecer o que é nosso”. Moré representa, assim, a perspectiva de quem vivencia diariamente os impactos da ausência estatal e das pressões ambientais sobre o território indígena, reafirmando a força da resistência feminina e comunitária.

Figura 14: Jywateju Kayabi



Fonte: Jywateju Kayabi, (Instagram, 2025)

Para complementar a perspectiva indígena, foi entrevistado Jywateju, 36 anos, diretor da escola do Xingu, residente na aldeia Kayabi, que compartilhou relatos sobre a educação intercultural, os desafios para manter os saberes tradicionais e a articulação com políticas públicas e a comunidade escolar. Jywateju evidencia como a educação pode ser uma ferramenta de resistência cultural, transmitindo saberes tradicionais, idiomas indígenas e práticas comunitárias, ao mesmo tempo em que incorpora elementos do conhecimento ocidental.

Figura 15: Dr. Fábio Atui



Fonte: Dr. Fábio Atui, (Instagram, 2025)

Além disso, entrevistamos Fábio Atui, médico fundador da ONG Xingu+Catu, que atua na região desde a fundação da organização. Atui traz a visão de profissionais da saúde que tentam aproximar os cuidados médicos das aldeias, superando barreiras logísticas, culturais e estruturais, além de mediar a integração entre atendimento primário local e serviços especializados oferecidos nos centros urbanos. Suas observações oferecem detalhes sobre os mecanismos e dificuldades do atendimento à saúde indígena, ressaltando a importância de mutirões, integração com o SUS e respeito às práticas tradicionais.

A análise das entrevistas realizadas, evidencia uma convergência significativa entre suas experiências e percepções sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas do Xingu. Moré, moradora da aldeia Samauna, relata que “a gente ficou passando fome, porque ficava muito quentura. Então isso, a gente sofreu”, destacando o impacto das mudanças climáticas e da falta de apoio estatal sobre a segurança alimentar. Jywateju, por sua vez, observa que “a cultura ocidental tem afetado bastante o nosso modo de vida” e que “a escola tem sido fundamental nessa resistência, ensinando as duas formas de conhecimento”, revelando o papel da educação como instrumento de preservação cultural e autonomia. Já Fábio Atui, médico fundador da ONG Xingu+Catu, complementa essa visão ao afirmar que “a gente procura respeitar as particularidades da cultura e do modo de viver daquela

região, construindo pontes entre a medicina de ponta e a medicina tradicional indígena”.

Essas falas convergem na defesa da autonomia dos povos indígenas, do respeito às suas práticas culturais e da necessidade de integração entre saberes tradicionais e políticas públicas. Assim, saúde, educação e território aparecem interligados como dimensões complementares da resistência cultural xinguna, expressando a luta contínua por dignidade, equilíbrio ambiental e reconhecimento das formas próprias de viver e cuidar.

3.2 Segurança alimentar e impactos ambientais

A segurança alimentar é um dos desafios mais evidentes para as comunidades do Xingu, sendo diretamente afetada por fatores climáticos, ambientais e socioeconômicos. Moré compartilha sua experiência pessoal e da aldeia: “Acho que há dois anos passados nós tínhamos clima assim, fazendo quentura, né? Então a gente não tinha produto da roça, né? Não tínhamos muito o que comer, porque ficava muito quentura. Então isso, a gente ficou passando fome. Então a gente sofreu.”

Essa fala ressalta que mesmo com práticas tradicionais de agricultura e pesca, a irregularidade do clima compromete a produção de alimentos: “Agora, esse ano, a gente está tendo um pouco de alimentação da roça, produto da roça, e o peixe a gente já... Às vezes, quando o rio está cheio, fica muito difícil. Mas na época da seca, a gente passa fome. Tem peixe, tem caça.”

O impacto de atividades externas no território é igualmente crítico. Jywateju detalha: “A origem do nosso povo, a ancestralidade do nosso povo é na outra região, na verdade. Esses desafios, essas situações que a gente enfrenta é mais em torno do território, né? Desmatamento, desmatamento em torno do território do Xingu. E com isso, na época da chuva, por exemplo, tem acontecido muito fluxo de assoreamento nas nascentes do Rio... hoje o Xingu está muito raso agora, enquanto passa com outros tempos... hoje tem, você vê, nessa época, por exemplo, se você vier hoje no

Xingu, você tem bastante praia... E são mais nesse sentido, né? E as fumaças, por exemplo, queimadas em torno do Xingu, às vezes acontece acidente aqui também.”

Atui complementa, mostrando que os impactos ambientais afetam diretamente a saúde nutricional: “A alimentação deles é muito diferente da nossa, mas eles estão há milhares de anos sobrevivendo muito bem. Não dá para a gente, no nosso espírito, querer dizer para eles qual é a melhor maneira de comer, mas algumas vezes precisamos intervir para resolver problemas pontuais.”

A convergência das falas evidencia que a segurança alimentar no Xingu depende tanto da preservação ambiental quanto da implementação de políticas públicas efetivas. A ausência de apoio estatal e a pressão econômica e ambiental aumentam a vulnerabilidade das comunidades, tornando necessário o suporte de ONGs e a resistência comunitária.

3.3 Saúde primária e integração com o SUS

O sistema de atenção à saúde indígena no Xingu é estruturado pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS) e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Xingu), que coordenam atendimento primário com médicos, enfermeiros, dentistas e agentes indígenas de saúde.

Atui detalha os desafios e a organização dos cuidados: “Quando o problema de saúde dessa população precisa de um atendimento mais elaborado, o indígena entra no esquema SUS... Para isso, tem que ter remoção, levar para cidades, hospitais, laboratórios... Isso é uma dificuldade.”

Ele descreve o funcionamento dos mutirões médicos da ONG: “Quando a gente faz o mutirão, levamos pediatra, ginecologista, clínico, e fazemos o atendimento primário. Ao mesmo tempo, investigamos situações em que é necessária uma medicina mais elaborada, construindo pontes entre os indígenas e os grandes centros.”

Moré ressalta a limitação do Estado no suporte à saúde: “A gente consegue, assim, benefícios, bolsa família uma vez por mês. Porque aqui a gente não tem apoio, né? O nosso município é Querência. Mas a gente não tem apoio, né?”

Jywateju complementa explicando como o SUS e a medicina tradicional coexistem: “Os tratamentos são tradicionais, são vários também... Por exemplo, um deles é considerado como medicina também, que é um remédio que quando a moça tem do primeiro filho, aí precisa tirar uma raiz e ir pra banhar o menino pra ele ficar forte, saudável. E tem uma folha também que as parteiras usam pra banhar a moça... De vez em quando vai algum médico que o governo manda ou que vai pra ajudar vocês em relação à saúde? Sim, no caso, aqui na minha região, por exemplo, tem um distrito... aí tem um doutor que fica nessa área, fica uns 15 dias... além disso, tem os profissionais que também trabalham na mesma instituição, que são agentes de saúde. E agora estão se formando os técnicos, né? Técnicos de farmácia. Além das farmacêuticas que vêm aqui da cidade mesmo, que vêm trabalhar aqui.”

A integração entre atendimento primário, SUS e medicina tradicional reflete uma tentativa de conciliar práticas locais com políticas públicas, demonstrando a complexidade da saúde indígena no contexto do Xingu.

3.4 Educação e preservação cultural

A educação indígena enfrenta desafios significativos para equilibrar saberes tradicionais e ensino formal. Moré enfatiza: “Eles estudam, eles querem estudar, eles querem aprender também... Porque hoje a gente traz muita coisa do branco... Aprender para eles é defender. Poderia ser melhor eles estudarem aqui dentro da nossa própria aldeia, né? Não terem que fazer caminhos todos os dias perigosos até próximas aldeias. Porque às vezes o que os filhos aprendem lá é do branco, né?”

Jywateju detalha os desafios do ensino intercultural: “Desafios? Um dos maiores desafios que a gente enfrenta, ensinando os nossos alunos, sem perder os conhecimentos nossos, e a gente fala dos conhecimentos ocidentais, é importante também na atualidade, né? Mas precisa também a gente ensinar os dois... A primeira

língua que a gente ensina na comunidade é a língua criativa. Depois, a terceira e a quarta a gente ensina a língua.”

Ele ainda enfatiza a importância do engajamento da comunidade: “A gente entregou o certificado dos nossos alunos formados, e aí dentro da programação gente colocou a festa de gala, eles fizeram a abertura lá de Palos Cânticos, e lá a gente viu um resultado muito forte, porque a gente viu que as comunidades, os pais se envolveram e eles gostaram bastante... Mas se a comunidade não incentivar, a gente vê que eles não dão muita importância, são situações que a gente dá, eles não dão muito valor.”

Figura 16: Qualidade das salas de aula da aldeia Kayabi



Fonte: acervo pessoal (2025)

Figura 17: Qualidade da sala de aula em Samauna



Fonte: acervo pessoal (2025)

As duas fotos retratam a realidade das escolas indígenas do Xingu, evidenciando a precariedade das condições de ensino. A primeira imagem mostra a escola da aldeia Kayabi, considerada a “central” e a melhor da região, mas que ainda apresenta materiais antigos e espaço limitado. Já a segunda imagem é da aldeia Samauna, onde um espaço improvisado e aberto serve como sala de aula, sem proteção adequada contra chuva ou calor intenso, tornando inviável o aprendizado em diversas condições climáticas. Essas situações revelam a falta de estrutura e de investimentos que compromete o direito a uma educação de qualidade para esses povos.

Atui complementa: “Sempre atuando junto ao atendimento indígena, as ONGs contribuem trabalhando com respeito às necessidades da população e promovendo a integração com conhecimentos externos.”

Dessa forma, a articulação entre políticas públicas, organizações da sociedade civil e comunidades indígenas emerge como elemento fundamental para garantir educação intercultural, manutenção de línguas e transmissão de saberes tradicionais.

3.5 Políticas públicas, ausência do Estado e estratégias de resistência

As lacunas na atuação do Estado são destacadas por todos os entrevistados. Moré comenta: “A gente não tem apoio, né? Então várias vezes a gente fala pra fazer uma escola pra gente. Só que eles até agora não ajudam em nada.”

Atui explica as dificuldades na saúde: “O sistema de remoção para atendimento secundário, terciário, é difícil porque é caro, distante e pouco densamente povoado..., mas, de maneira geral, o atendimento indígena é bem estruturado, que nem sempre funciona direito.”

Jywateju aponta falhas da FUNAI e da distribuição de recursos: “Então, basicamente, a FUNAI diferenciou muito também, né? Tinha uma, muito. Eles cuidavam, por exemplo, da educação, eles coordenavam os projetos para essa área..., mas atualmente tem sido muito... Como se diz? Tem sido muito fraca, assim, né? As ações não têm aparecido muito, assim. Eles não dão a devida atenção que a gente precisa”. “Eles mandam cesta básica todo mês? Não. No ano passado, eles, na verdade, receberam. Eu acho que recebeu duas vezes. Esse ano, nem uma vez. Eu não sei muito bem sobre isso”.

Apesar das dificuldades, a resistência cultural e comunitária permanece forte. Jywateju destaca: “Os conhecimentos que a gente preserva, os rituais, as nossas línguas, ela está tudo ligada ao nosso território... Se alguma planta deixa de existir, a língua também morre... Assim como a nossa base alimentar também, né?”

A análise integrada evidencia que a luta no Xingu combina resistência cultural, gestão comunitária e articulação com atores externos, mostrando que políticas públicas efetivas devem considerar a singularidade do território, os saberes indígenas e a autonomia comunitária.

4. SABERES EM ARTICULAÇÃO E O PAPEL DO XINGU NA CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Após apresentar no Capítulo 1 as pressões históricas e contemporâneas sobre os povos indígenas do Xingu e, no Capítulo 2, suas vozes e percepções sobre tais desafios, este capítulo tem como objetivo aprofundar a análise das estratégias que emergem desse contexto. Sua questão central é compreender como os povos xinguanos articulam saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais para garantir sua autonomia, e de que forma o Xingu se constitui como um território-chave para a identidade nacional e a conservação ambiental brasileira.

4.1 Saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais: um diálogo pela autonomia

Em primeira análise, a resistência indígena no Xingu não se constrói pela recusa absoluta do que vem de fora, mas sim pela integração seletiva de elementos que fortalecem o território e a vida comunitária. Essa articulação é visível em diferentes campos, tais como:

- Saúde intercultural: os povos xinguanos combinam práticas tradicionais (pajelança, uso de plantas medicinais, rituais de cura) com a medicina ocidental, reconhecendo que ambas podem ser complementares. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Lei nº 9.836/1999) institucionalizou essa abordagem, ainda que com lacunas operacionais.
- Educação bilíngue e diferenciada: prevista na LDB (Lei nº 9.394/1996), busca formar jovens capazes de transitar entre sua cosmovisão e o mundo externo, sem renunciar à língua materna e da história oral de seus povos.
- Monitoramento ambiental territorial indígena (MATI): associa drones, imagens de satélite e o conhecimento ancestral para proteger florestas, mapear invasões e denunciar desmatamento. Essa prática revela como a tecnologia pode reforçar, e não substituir, o saber tradicional.

Dessa maneira, a capacidade de articular esses saberes garante maior autonomia comunitária, reduzindo a dependência de políticas públicas irregulares e fortalecendo a capacidade de negociação frente ao Estado e às empresas.

4.2 O Xingu como território estratégico para o Brasil

O Parque Indígena do Xingu (PIX), com cerca de 2,6 milhões de hectares, é um dos maiores e mais emblemáticos territórios indígenas do país. Ele funciona como uma barreira ecológica essencial para a regulação climática e hídrica do Centro-Oeste, Norte e até do Sudeste brasileiro (ISA, 2023). Sua preservação contribui para:

- A manutenção do “rio voador” amazônico, que influencia as chuvas agrícolas no restante do país.
- A proteção de espécies ameaçadas e da biodiversidade em áreas de transição entre Cerrado e Amazônia.
- A estabilidade das populações ribeirinhas e comunidades tradicionais no entorno.

4.3 Identidade nacional e conservação ambiental: um mesmo caminho

Os povos do Xingu não lutam apenas pela sua sobrevivência, mas sim pela manutenção de um patrimônio nacional que garante água, alimento e estabilidade climática para milhões de brasileiros. Como destaca Oliveira (2016), reconhecer territórios indígenas é reconhecer que o Brasil é “um mosaico de povos, e não uma unidade homogênea”.

Essa luta conecta-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e o ODS 15 (Vida terrestre), demonstrando que a demarcação de terras indígenas é também uma política ambiental estratégica.

4.4 Caminhos para a autonomia e a preservação

Entre as estratégias mais relevantes identificadas nos últimos anos, destacam-se:

1. Economia da floresta: produção de mel, sementes nativas, artesanato e turismo comunitário que fortalecem a renda sem degradar o ambiente.
2. Alianças interinstitucionais: organizações como a APIB (2020) articulam planos emergenciais, como durante a pandemia de Covid-19, quando criaram o Plano Emergência Indígena para suprir a omissão estatal.
3. Defesa jurídica e internacionalização das demandas: ações na Corte Interamericana de Direitos Humanos e participação em conferências climáticas globais.

Essas iniciativas demonstram que a resistência indígena não é passiva, mas ativa, criativa e estratégica, alinhando tradição e inovação.

4.5 O filme “Xingu” como memória e reflexão crítica

O longa-metragem *Xingu* (2012), dirigido por Cao Hamburger, retrata a expedição dos irmãos Villas-Bôas e o processo de criação do Parque Indígena do Xingu. Longe de ser apenas um relato histórico, o filme provoca reflexões sobre a relação entre Estado, colonização e povos indígenas.

Frases marcantes, como “O que o governo chama de terra desocupada, na verdade tem dono”, expõem a violência simbólica que até hoje permeia o discurso oficial: terras são vistas como vazias quando nelas habitam povos cuja noção de propriedade difere do modelo ocidental. A ideia de criar um “parque indígena” surge como um compromisso paradoxal, proteger para desenvolver, isolar para salvar.

Outra frase significativa: “Nos sentíamos responsáveis por tudo que viesse acontecer com eles. Afinal, eles não nos procuraram, nós que invadimos suas terras.

Nada mais justo do que protegê-los contra tudo e contra todos”. Revela a ambiguidade dessa relação: os sertanistas se viam como protetores, mas também como agentes de um projeto de ocupação que transformou profundamente a vida xinguana.

O filme reforça que os primeiros contatos não foram marcados apenas pelo medo ou pela violência direta, mas pela construção de uma relação assimétrica, em que o “inimigo era o branco” e, ao mesmo tempo, o mediador. Essa dualidade ecoa nas lutas atuais: os povos do Xingu seguem dialogando com instituições que historicamente os ameaçaram, mas agora buscam fazê-lo em termos mais equitativos, a partir de sua autonomia.

Ao resgatar essas memórias, Xingu contribui para a construção da identidade nacional não como uma narrativa homogênea, mas como um mosaico de encontros, conflitos e resistências. Sua mensagem continua atual: a proteção das terras indígenas não é um favor do Estado, mas um dever constitucional e ambiental.

4.6 Considerações finais do capítulo

O Xingu representa mais que um território, é um laboratório vivo de sustentabilidade e justiça social. Sua existência preserva rios, florestas e culturas, enquanto desafia a lógica de desenvolvimento centrada na exploração intensiva de recursos naturais.

A articulação entre saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais se mostra, assim, uma via concreta de futuro, na qual os povos indígenas não apenas resistem, mas propõem modelos alternativos de sociedade: menos predatórios, mais coletivos, e profundamente enraizados na relação com a terra.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito analisar os processos de resistência dos povos indígenas do Xingu frente às diversas pressões impostas pela colonização histórica e pelos empreendimentos econômicos contemporâneos. A partir da questão

central: até que ponto os povos indígenas da região do Xingu têm resistido à colonização e aos impactos do desenvolvimento, buscando preservar suas tradições, ao lado do contato com os saberes ocidentais e o mundo capitalista, foi possível compreender que essa resistência se manifesta em múltiplas dimensões: territorial, política, cultural, educacional e simbólica. Mais do que um simples tema de pesquisa, este trabalho é uma forma de ouvir e reconhecer as vozes dos povos indígenas, que mesmo depois de tantas tentativas de serem caladas, continuam firmes, mostrando sua força e resistência no dia a dia, nas aldeias e em seus territórios.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a luta dos povos do Xingu não se limita à defesa de um espaço físico, mas envolve a preservação de uma cosmologia própria, de uma forma de existir que se opõe à lógica destrutiva do progresso capitalista. A análise documental, as fontes institucionais e os relatos das entrevistas com Moré, Atui e Jywateju revelaram que, mesmo diante de décadas de negligência estatal, avanço do desmatamento e ausência de políticas públicas permanentes, as comunidades seguem mobilizando estratégias de resistência pautadas na coletividade, na espiritualidade e no fortalecimento de seus saberes tradicionais. Essas vozes me ensinaram que resistir não é apenas permanecer, é reinventar-se todos os dias para continuar sendo quem se é, mesmo quando o mundo insiste em apagar.

O objetivo geral de analisar as formas de resistência dos povos indígenas do Xingu foi atingido ao evidenciar que essas estratégias não são ações pontuais, mas processos contínuos de afirmação da identidade e do território. Já os objetivos específicos: identificar os desafios enfrentados, compreender as estratégias culturais e políticas, examinar as articulações entre saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais e refletir sobre o papel do Xingu na construção da identidade nacional, foram contemplados na medida em que o trabalho demonstrou a complexidade das relações entre os povos indígenas, o Estado e o capital. Ao compreender essas dimensões, percebi que cada gesto de cuidado, cada rito e cada palavra dita em língua ancestral são formas de resistência que mantêm viva a história e a dignidade de um povo.

No que se refere às pressões sobre o território, constatou-se que o desmatamento, o garimpo e a expansão das frentes econômicas continuam

ameaçando a integridade ambiental e cultural da região. Embora os dados do INPE e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações indiquem uma redução recente nas taxas de desmatamento na Amazônia Legal, essa tendência não reflete, de modo uniforme, a realidade do Xingu, onde os efeitos da degradação ambiental ainda são perceptíveis. A instalação de Belo Monte, como apontam De Francesco (2021) e relatórios do Instituto Socioambiental (ISA), transformou profundamente o modo de vida de diversas comunidades ribeirinhas e indígenas, alterando o curso natural do rio e comprometendo atividades tradicionais de subsistência. Assim, Belo Monte tornou-se um símbolo das contradições do desenvolvimento: um projeto que prometeu progresso, mas produziu deslocamentos, perda de território e impactos ambientais irreversíveis.

No âmbito da saúde e da segurança alimentar, os depoimentos colhidos junto a Moré e Atui revelaram que a ausência de apoio estatal e a escassez de recursos dificultam a manutenção da qualidade de vida nas aldeias. A saúde, para os povos do Xingu, não se restringe à ausência de doenças, mas está intrinsecamente ligada à terra, à alimentação tradicional, ao equilíbrio espiritual e às relações comunitárias. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS) e o DSEI Xingu desempenham papel essencial, mas ainda enfrentam limitações estruturais e logísticas. Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas interculturais, construídas com a efetiva participação dos povos indígenas, conforme defende João Pacheco de Oliveira (2016), para quem os gestos simbólicos do Estado só se tornam significativos quando acompanhados de ações estruturantes e sustentáveis. Cuidar da saúde, no Xingu, é cuidar do território, da alma e do espírito coletivo, e isso é algo que nenhuma política pode substituir sem antes ouvir quem habita a floresta.

A educação, por sua vez, surge como um espaço fundamental de resistência. Como destacou Jywateju, professor indígena entrevistado, a escola na aldeia não é apenas um local de ensino, mas um instrumento de afirmação cultural e política. O contato com os saberes ocidentais não representa, necessariamente, uma ameaça, mas pode se tornar um meio de fortalecimento da identidade indígena, desde que respeite as especificidades linguísticas dos povos. Nessa perspectiva, autores como Bruna Franchetto (2016) e Ailton Krenak (2019) reforçam que o conhecimento tradicional e o conhecimento científico não devem ser vistos como opostos, mas como

dimensões complementares capazes de ampliar a compreensão da vida e da natureza. Para esses povos, educar é cuidar do futuro sem esquecer de onde vieram. É mostrar para as crianças que o mundo pode mudar, mas que elas não precisam deixar de ser quem são.

No campo das relações com o Estado e as políticas públicas, a pesquisa demonstrou que, embora existam programas e planos voltados à sustentabilidade da região, como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), sua efetividade é limitada. O relatório da Controladoria-Geral da União (2022) apontou falhas na execução das metas e na transparência dos investimentos, indicando que o discurso do desenvolvimento sustentável muitas vezes não se traduz em benefícios reais para as populações locais. As políticas indigenistas, quando existem, tendem a ser fragmentadas, descontinuadas e pouco dialogadas com as lideranças tradicionais. Assim, o Estado brasileiro continua reproduzindo uma postura colonial que ignora os saberes, as formas de organização e os direitos originários desses povos. Enquanto as políticas forem construídas sem a escuta dos que vivem o território, continuarão sendo promessas vazias diante de vidas reais.

A análise dos relatos de campo foi essencial para dar voz aos sujeitos da pesquisa. Moré, ao narrar as dificuldades de sua aldeia em manter uma alimentação adequada e garantir acesso à educação e à internet, expôs o contraste entre o discurso estatal e a realidade vivida. Atui, destacou a importância da integração entre medicina tradicional e biomedicina, enquanto Jywateju defendeu uma educação indígena bilíngue e crítica, capaz de formar jovens conscientes de sua história e preparados para dialogar com o mundo externo. Essas vozes reafirmam que a resistência indígena não é apenas reação, mas ação criativa e contínua, uma forma de reinventar o futuro sem romper com as raízes ancestrais.

Portanto, a pesquisa respondeu de forma consistente à questão central. Os povos indígenas do Xingu têm resistido de modo persistente e multifacetado, conciliando a preservação de suas tradições com a necessidade de dialogar com os saberes ocidentais e com as estruturas do mundo capitalista. Essa resistência, no entanto, não ocorre em igualdade de condições: é travada em meio a um cenário de desigualdade, racismo institucional e políticas públicas frágeis. Ainda assim, a força das comunidades indígenas se mantém visível nas práticas de manejo sustentável,

na valorização das línguas originárias, nas lutas por demarcação e na produção cultural que reafirma sua presença no Brasil contemporâneo.

As hipóteses propostas foram, em sua maioria, confirmadas ao longo da pesquisa. Verificou-se que os conflitos geracionais entre jovens e anciãos realmente influenciam a forma como as tradições são transmitidas, mas longe de fragmentar as comunidades, esses conflitos geram diálogo e renovação cultural. A hipótese relacionada à educação foi confirmada parcialmente: constatou-se que a ausência de um sistema educacional que integre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos limita a autonomia dos povos do Xingu, mas não impede que eles desenvolvam alternativas próprias de ensino e transmissão de saberes. Apesar das pressões da colonização, do desmatamento e dos grandes empreendimentos, os povos xinguanos continuam preservando seus vínculos espirituais, culturais e territoriais, resistindo de maneira criativa e afirmando sua identidade diante do avanço capitalista. Por fim, confirmou-se que, mesmo diante da mercantilização de certas práticas culturais, as comunidades indígenas do Xingu conseguem ressignificar o contato com o capitalismo sem perder sua essência, mostrando que é possível dialogar com o mundo moderno sem abrir mão de ser quem se é.

Do ponto de vista teórico, o trabalho contribui para o campo das ciências humanas e sociais ao articular perspectivas decoloniais, etnográficas e socioambientais sobre o Xingu. Autores como Pierre Clastres (1982) e Ailton Krenak (2019) foram fundamentais para compreender que a resistência indígena é também uma resistência na forma de pensar e conhecer o mundo: uma recusa a aceitar a colonialidade do saber que impõe um modelo único de civilização. A reflexão aqui desenvolvida reforça que os povos indígenas não são resquícios do passado, mas protagonistas de um presente plural, que exige o reconhecimento de suas formas de pensar, produzir e existir.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o recorte geográfico e temporal, que se concentrou no Parque Indígena do Xingu e em fontes recentes. A ampliação do estudo para outras terras indígenas e o aprofundamento de comparações entre regiões distintas da Amazônia poderiam trazer novos elementos à análise. Além disso, a dificuldade de acesso direto a algumas comunidades e a dependência de fontes secundárias limitam a abrangência empírica do trabalho.

Apesar dessas limitações, o estudo reafirma a importância de repensar as políticas de desenvolvimento à luz das cosmologias indígenas, que propõem um modelo de convivência com a natureza baseado no respeito e na reciprocidade. Como lembra Krenak (2019), adiar o fim do mundo passa por reconhecer que há outros modos de habitar a Terra, modos que o ocidente insiste em ignorar, mas que podem ser a chave para nossa própria sobrevivência planetária. O Xingu nos ensina que o verdadeiro progresso é aquele que não destrói o que sustenta a vida.

Por fim, este trabalho se propõe não apenas a analisar, mas também a provocar reflexão: sobre o que significa, hoje, resistir no Xingu. Resistir é afirmar o direito à diferença, é transformar dor em luta, é fazer da educação, da saúde, da arte e da espiritualidade instrumentos de autonomia. É, sobretudo, lembrar que o Xingu não é apenas um território geográfico, mas um território de memória, identidade e esperança. Que este trabalho sirva como um convite para olhar o Xingu com o coração aberto, e para que cada leitor sinta o dever de proteger, escutar e respeitar os povos que o mantêm vivo.

O estudo, portanto, conclui que a resistência dos povos indígenas do Xingu é a expressão viva de um projeto de futuro, um futuro que não se constrói contra o mundo, mas em diálogo com ele, desde que haja respeito, escuta e justiça. Cabe à sociedade brasileira reconhecer, aprender e agir em parceria com esses povos, pois, como ensina Krenak (2019), “talvez sejamos todos convidados a sonhar o mesmo sonho: o de continuar existindo juntos, sem destruir a casa que habitamos”. E que esse sonho, nascido do Xingu, continue inspirando caminhos de esperança, justiça e vida.

REFERÊNCIAS

AIDA – INTERAMERICAN ASSOCIATION FOR ENVIRONMENTAL DEFENSE. A defesa da Volta Grande do rio Xingu na Amazônia brasileira. Disponível em: <https://aida-americas.org/es/blog/defesa-da-volta-grande-do-rio-xingu-na-amazonia-brasileira>. Acesso em: 22 ago. 2025.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Relatório da COVID-19 e os povos indígenas. 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu (DSEI Xingu). Disponível em: <https://www.saudeindigena.spdm.org.br/index.php/dsei/dsei-xingu>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Taxa consolidada de desmatamento na Amazônia Legal é de 9.064 km² entre agosto de 2022 e julho de 2023, queda de 21,8%. 08 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/taxa-consolidada-de-desmatamento-na-amazonia-em-2022-2023-e-de-9-064-km2>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010. Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Relatório Histórico do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/analises-estrategicas-de-desenvolvimento-regional-e-territorial/Relatorio_historico_PDRSX.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). INPE aponta queda de 38 % do desmatamento na Amazônia no primeiro semestre de 2024. 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/inpe-aponta-queda-do-desmatamento-na-amazonia-e-no-cerrado-no-semester>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Relatório situacional do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Xingu. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos/2023/chamamento-publico-sesai-no-5-2023/anexo-xviii-relatorio-situacional-dsei-xingu.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI). Taxa consolidada de desmatamento na Amazônia Legal 2022–2023. Brasília: MCTI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Relatório Situacional do DSEI Xingu – 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/chamamentos%20publicos/2023/chamamento_publico_sesai_ms_no_2_2023/anexo-xviii-relatorio-situacional-dsei-xingu.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL DE DIREITOS. Belo Monte: o que o povo quer é água no Xingu, diz ativista. 2024. Disponível em: <https://www.brasilledireitos.org.br/atualidades/belo-monte-o-que-o-povo-quer-gua-no-xingu-diz-ativista/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL DE DIREITOS. Em 2023, garimpo devastou quatro campos de futebol por dia nas Terras Yanomami, Kayapó e Munduruku. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/11/em-2023-garimpo-devastou-quatro-campos-de-futebol-por-dia-nas-terras-yanomami-kayapo-e-munduruku/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: Arqueologia da violência. São Paulo: Brasiliense, 1982. Acesso em 12 de junho 2025.

CNN BRASIL. Garimpo desmatou quatro campos de futebol por dia de Terras Indígenas em 2023, diz Greenpeace. 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/garimpo-desmatou-quatro-campos-de-futebol-por-dia-de-terras-indigenas-em-2023-diz-greenpeace/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Relatório de Avaliação: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Exercícios 2019, 2020 e 2021. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pdrsx/planos-relatorios-e-estudos/CGURelatorioFinalPDRSXingu.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

CONVENÇÃO 169 da OIT – Direitos dos Povos Indígenas e Tribais.

DE FRANCESCO, Ana Alves. Terror e resistência no Xingu: os ribeirinhos e a construção de Belo Monte. São Paulo: Hucitec, 2021. Acesso em 27 de março 2025.

DIALOGUE EARTH. Pesquisa com indígenas do Xingu desafia hidrelétrica de Belo Monte. 2024. Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/energia/pesquisa-indigenas-xingu-desafia-hidreletrica-belo-monte/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

DOCUMENTÁRIO: Belo Monte: Anúncio de uma Guerra. Dir. André D'Elia, 2012. Asseso 7 de junho 2025.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. Agrotóxicos e saúde indígena: impactos no Xingu. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. Acesso 10 de Junho 2025.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas indígenas e educação. Belém: EDUFPA, 2016. Acesso em 1º de junho 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Impactos da pandemia de COVID-19 sobre a saúde mental de povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GREENPEACE. Ouro tóxico: Greenpeace mostra deslocamento do garimpo ilegal e falhas no comércio global do ouro. 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ouro-toxico-greenpeace-mostra-deslocamento-do-garimpo-ilegal-e-falhas-no-comercio-global-do-ouro/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

IMAZON. Extração ilegal de madeira aumentou 19% na Amazônia entre 2022 e 2023. 2023. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/extracao-ilegal-de-madeira-aumentou-19-na-amazonia/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES). 2023. Disponível em: <https://www.inpe.br>. Acesso em: 04 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER-B): dados de 2024. São José dos Campos: INPE, 2024. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 13 out. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). COVID-19 no Xingu: monitoramento de casos e impactos nas aldeias. São Paulo: ISA, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/covid-19-no-xingu>. Acesso em: 20 ago. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos Indígenas no Brasil: Parque Indígena do Xingu. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org.br/pt/Povo:Xingu>. Acesso em: 18 ago. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Parque Indígena Xingu. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3908>. Acesso em: 4 set. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições. 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ISA – Instituto Socioambiental. Belo Monte: impactos e resistências. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em 25 de maio 2025.

ISA – Instituto Socioambiental. Xingu sob Pressão: diagnóstico e desafios para a sustentabilidade. São Paulo: ISA, 2022. Acesso em 25 de maio 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Acesso em 12 de maio 2025.

KUIKURO, Takumã. Narrativas da aldeia: cinema indígena como pedagogia cultural. 2021.[entrevista/documentário].

<https://youtu.be/dnAs17teBSQ?si=Zy6BeD8yvaxXZvrr>. Acesso em 3 de junho.

LIMA, Nicole Nogueira Ribeiro de; NATEL, Mariana Sciannelli. A pediatria além dos muros de um hospital. Residência Pediátrica, São Paulo, v. 14, n. 3, 2024. DOI: 10.25060/residpediatr-2024.v14n3-1218. Disponível em: <https://doi.org/10.25060/residpediatr-2024.v14n3-1218>. Acesso em: 14 out. 2025.

MAPBIOMAS. Amazônia concentra mais de 90% do garimpo ilegal no Brasil. 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/09/22/amazonia-concentra-mais-de-90-do-garimpo-no-brasil/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MILANEZ, Felipe; FERNANDES, Camila Moreno; ARAÚJO, Rubens. Genocídio e resistência indígena no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (REBELA), v. 9, n. 1, p. 2159-2174, 2019. Acesso em 1 de junho 2025.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotto Maior; URBANO, Elisa Urbano; JESUS, Genilson dos Santos de. 2019. “Existência e Diferença: O Racismo contra os Povos Indígenas”. Revista Direito e Práxis, 10 (03):2161-2181. Acesso em 11 de junho 2025.

OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO (OPI). Impactos da COVID-19 sobre os povos indígenas: boletim de monitoramento. Brasília: OPI, 2021. Disponível em: <https://opi.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.

O GLOBO. Petróleo, Belo Monte e rodovias: povos da Amazônia se mobilizam para ter mais influência sobre obras de grande impacto ambiental. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2023/09/05/petroleo-belo->

[monte-e-rodovias-povos-da-amazonia-se-mobilizam-para-ter-mais-influencia-sobre-obras-de-grande-impacto-ambiental.ghtml](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra: OIT, 1989.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: antropologia, história e os povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Aoliveira-2016-nascimento/Oliveira_2016_O_nascimento_do_Brasil_etc.pdf. Acesso em 3 de junho.

REDE DE SEMENTES DO XINGU. Onde estamos. Disponível em: <https://sementesdoxingu.org.br/onde-estamos>. Acesso em: 14 out. 2025.

Relatórios da Funai e MPF sobre impactos socioambientais em terras indígenas da Volta Grande do Xingu.

SILVA, Ana Paula da. O conceito de etnocídio em Pierre Clastres. Polifonia, Cuiabá, v. 19, n. 27, p. 163-178, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/download/1080/852>. Acesso em: 10 jun. 2025.

XINGU. Direção: Cao Hamburger. Produção: Fernando Meirelles. Brasil: O2 Filmes, 2011. (Filme, 102 min). Assistido 30 de Março de 2025.

APÊNDICE

As entrevistas foram realizadas por Gabriela Elias Sallum no contexto do Trabalho de Conclusão de Curso sobre a resistência dos povos indígenas do Xingu frente às pressões contemporâneas

Apêndice A:

Apresentação do entrevistado:

Fábio é médico cirurgião, fundador e coordenador da ONG Xingu+ Catu, organização que realiza mutirões de saúde e projetos voltados ao bem-estar das comunidades indígenas do Xingu. Sua atuação busca integrar a medicina de ponta com o respeito às culturas e modos de vida tradicionais.

Perguntas e respostas:

1. Na sua experiência atuando junto aos povos indígenas do Xingu, quais são os principais desafios enfrentados na área da saúde, e de que forma o trabalho voluntário da equipe contribui para a saúde e o bem-estar dessas comunidades?

Ó, os principais desafios da área de saúde na região indígena do Xingu é a gente... é assim, a saúde primária, ela é tratada por um órgão especial do governo, se chama Secretaria da Saúde Indígena, que é representado nos vários pontos do Brasil indígenas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que são os DSEI. Então, pré-natal, vacinação, tratamento de infecções simples, tratamento de coisas simples, os indígenas têm um órgão, e têm funcionários, e têm médicos, e têm dentistas, enfermeiros, que cuidam dessa parte primária. Quando você aumenta a complexidade dos problemas de saúde em uma população, você tem a saúde primária, secundária, terciária, e quaternária, que seria a parte mais elaborada. Quando o problema de saúde dessa população precisa de um atendimento mais elaborado, o indígena entra no esquema SUS, que é o Sistema Único de Saúde, que é o de todo mundo. E, para isso, tem que ter remoção, tem que levar esse indígena para as cidades, para os hospitais, para os laboratórios, para as coisas que são fora daquela região. Isso é uma

coisa que tem um pouco mais de dificuldade. Então, o nosso objetivo, dos voluntários e das equipes, é levar essa conexão entre a medicina de ponta, a medicina tecnológica, a medicina que tem uma eficiência maior para essa população que tem um acesso mais restrito a esse tipo de medicina. Então, como que a gente faz isso? Quando a gente faz o mutirão, a gente faz o atendimento primário. Ou seja, a gente ajuda a equipe de atendimento primário a fazer o atendimento. Então, a gente leva pediatra, ginecologista, clínico, e faz esse atendimento primário. Mas, ao mesmo tempo, a gente está investigando e procurando situações em que é necessária uma medicina mais elaborada. E a gente tenta construir essa ponte. Tanto através de tecnologias onde a gente possa levar a medicina mais elaborada para a região indígena. Quanto trazendo esse indígena que precisa desse atendimento mais elaborado para os grandes centros. Onde ele vai receber essa medicina de tal maneira que aquela população fique protegida como um todo. Então, vou te dar um exemplo. Quando a gente vai lá, a gente leva a sua mãe como pediatra. Ela atende o primário. Mas, se ela identifica uma criança que precisa de um atendimento mais elaborado, a gente traz essa criança para o Instituto da Criança. Ou, mais recentemente, a gente faz, por exemplo, uma consulta virtual com o especialista. Ou, a gente leva o ecocardiograma para fazer um exame que é mais elaborado, mas que a gente consegue levar para a área indígena. E, com isso, a gente protege e cuida daquele indivíduo que está precisando. Entendeu? Então, o processo é completo. Ele enxerga a saúde como um todo. E, uma coisa muito importante, é que a gente procura respeitar as particularidades da cultura e do modo de viver e as particularidades da própria região que aquela pessoa vive. Com isso, a gente constrói essas pontes entre a população das áreas indígenas e os grandes centros de cuidado e respeito pelas particularidades de cada região.

2. Quais são os principais problemas de saúde enfrentados pelas populações do Xingu atualmente?

A sua segunda pergunta, quais são os principais problemas? São muito parecidos com os problemas que a gente tem em uma população normal. A diferença está um pouco na forma de se alimentar. A diferença está um pouco em casos que, em São Paulo, poderiam ter sido atendidos antes. Quando a gente encontra, ele já está um

pouco mais grave, porque demora mais o atendimento. Então, a dificuldade de acesso faz com que os casos sejam um pouco mais complicados. A alimentação deles é muito diferente da nossa, mas eles estão há milhares de anos sobrevivendo muito bem A alimentação. Então, não dá para a gente, no nosso espírito, nosso espírito de homem branco ocidental, querer dizer para eles qual é a melhor maneira deles comerem. Mas, algumas vezes, a gente precisa intervir para resolver problemas pontuais.

3. Como você avalia o papel do Estado nas políticas públicas de saúde voltadas aos povos indígenas da região?

Em relação às políticas de Estado, eu acho que ficou claro como que é o sistema. Agora, o sistema de remoção, para conseguir levar esse indivíduo para o atendimento secundário, terciário, ele é difícil porque ele é caro, porque ele é distante, porque ele é pouco densamente povoado. Então, você não tem todos os indivíduos num lugar só. Então, isso tudo dificulta o atendimento. Mas, de uma maneira geral, o atendimento indígena é bem estruturado, que nem sempre funciona direito, mas é bem estruturado e as políticas públicas, elas poderiam, na minha opinião, contar com os médicos voluntários, contar com as ONGs pra complementar o atendimento. Sempre atuando, sempre as ONGs atuando em conjunção com a saúde pública. Nunca atropelando, mas contribuindo e trabalhando junto, entendendo as necessidades e atuando junto. É assim que o Xingu+ Catu funciona.

Apêndice B:

Apresentação da entrevistada:

Moré é uma mulher indígena de 43 anos, mãe e moradora do Território Indígena do Xingu, na aldeia Samauna. A entrevista foi realizada em fevereiro de 2025, durante trabalho de campo, e teve como objetivo compreender aspectos da educação, alimentação, políticas públicas e das condições de vida na aldeia.

Perguntas e respostas:

Pergunta 1: Você acha que as crianças têm influência externa para estudar, ou você acha que elas estudam porque querem?

Moré: “Eles estudam, eles querem estudar, eles querem aprender também. Que é importante eles aprenderem, né? Porque hoje a gente traz muita coisa do branco. Dentro da nossa casa, então é importante que as crianças estudem. Aprender para eles é defender. Poderia ser melhor eles estudarem aqui dentro da nossa própria aldeia, né? Não terem que fazer caminhos todos os dias perigosos até próximas aldeias. Porque às vezes o que os filhos aprendem lá é do branco, né?”

Pergunta 2: Por que você acha que trazer internet pode contribuir para a aldeia?

Moré: “Trazer a internet pra aldeia sim uma ideia boa, para o professor trabalhar né, é importante o professor ensinar nossas crianças, então pra mim é importante trazer internet, computador, que meu irmão que é professor já falou que isso vai beneficiar.”

Pergunta 3: Como vocês conseguem dinheiro aqui?

Moré: “A gente consegue, assim, benefícios, bolsa família uma vez por mês. Porque aqui a gente não tem apoio, né? O nosso município é o Querência. Mas a gente não tem apoio, né? Então a gente, várias vezes a gente fala para fazer uma escola para a gente. Só que eles até agora não ajudam em nada.”

Pergunta 4: A alimentação de vocês vem do quê? E você acha que essa cultura vem diminuindo?

Moré: “Acho que há dois anos passados a gente tinha clima assim, fazendo quentura, né? Então a gente não tinha produto da roça, né? Não tínhamos muito o que comer, porque ficava muito quentura. Então isso, a gente ficou passando fome. Então a gente sofreu. Agora, esse ano, a gente está tendo um pouco de alimentação da roça, produto

da roça, e o peixe a gente já... às vezes, quando o rio está cheio, fica muito difícil. Mas na época da seca, a gente passa fome. Tem peixe, tem caça.”

Apêndice C

Apresentação do entrevistado:

Jywateju é diretor de escola no Território Indígena do Xingu e liderança local entre os povos da região. Ele atua na área da educação indígena e busca conciliar o ensino escolar com os saberes tradicionais de seu povo. A entrevista foi realizada em fevereiro de 2025 e abordou temas como território, cultura, alimentação, meio ambiente, políticas públicas e desafios na educação indígena.

Perguntas e respostas:

Pergunta 1: O que significa para você e para a sua comunidade continuar vivendo nesse território, mesmo com tantas pressões externas?

Jywateju: “Os conhecimentos que a gente preserva, os rituais, as nossas línguas, ela está tudo ligada ao nosso território, sabe. Se alguma planta deixa de existir, a língua também morre, por exemplo. Se algum único nosso, porque ela está ligada com a natureza também, se ela não existir, o ritual, as músicas, as palavras que encontram nesse câncor, ela deixa de existir também. Assim como a nossa base alimentar também, né? Por exemplo, a nossa base da alimentação tradicional, do nosso povo, é a bife. Ela é baseada primeiro na agricultura, no cultivo de manioc. Mas ela é bem rica, assim, né? Sim. Ela é conhecida como o povo que conhece essa ciência de cultivo, né? E carrega também vários produtos da nossa, tipo manioc, batata, amendoim, vários tipos de amendoim também. Tem vários tipos, não esquece. E tem também o rio que é a principal fonte de sustento, se tiver que nós tirarmos os peixes do endilar, né? A gente tira outros animais que a gente se alimenta dela toda no endilar, além dos peixes. E as casas também que estão ali, né? Ela é muito importante nesse sentido, né? Ela é significativa”

Pergunta 2: E você acha que antigamente para agora mudou alguma coisa que vocês faziam? Antigamente vocês caçavam mais e atualmente vocês recebem mais comida pronta?

Jywateju: “Então, a cultura ocidental, europeia, ela tem afetado bastante o nosso modo de vida, né? Em vários sentidos também, né? Uma delas é que eu trago para você, por exemplo, os alimentos, por exemplo, a gente tem resistido também, né? Tem resistido e o papo da escola tem sido fundamental nesse sentido, nessa resistência, né? Nessa luta de resistência. A gente tem o incentivo das nossas comunidades, que é uma comunidade escolar, né? A produzir, a consumir alimento tradicional que é o melhor para a saúde, né? Mas também tem entrado bastante alimentos industrializados, né? Que fazem mal para a saúde, açúcar. Tipo, os macarrões, né? Os macarrões, esses alimentos que fazem mal para a saúde, né? Porque também a gente vê que a partir do momento que a gente entrou no mercado de trabalho também, ela facilitou bastante, né? Porque você tem ali alguém que trabalha para qualquer instituição que seja, né? Educação, saúde. E aí você fica ali trabalhando de manhã e de tarde, você não tem tempo, né? Para poder buscar a comida, pescar, caçar. E aí você compra, eu sei o que você faz, você compra, né? Então esse é o caminho que tem facilitado a entrada de alimentos não industrializados na nossa comunidade. E os casos também, né? Os casos virtuais. A cultura de outras sociedades também tem enfraquecido os nossos ritos, né? É uma delas que a gente vem enfrentando bastante. O lado bom e o lado lindo também, né? Uma delas que enfraqueceu bastante a nossa cultura. A da música, a religião cristã, né? A religião cristã. E outras religiões tradicionais também que tem entrado na cultura. A nossa vida tem enfraquecido um pouco. Por exemplo, essa prática do arroz, que eu acho que você já ouviu falar, tem começado a entrar nas nossas comunidades também. É bom, é bom, né? Em alguns pontos. Mas ela tem mudado o comportamento que a gente vê. Ela muda o comportamento. O comportamento é nosso, né? Dentro da nossa sociedade. E que não é muito bom, né? A gente não está acostumado a viver com coisas assim.”

Pergunta 3: E como que o avanço de empreendimentos, desmatamento, mudanças de território, garimpo, tem afetado no território de vocês?

Jywateju: “Como a origem do nosso povo, a ancestralidade do nosso povo é na outra região, na verdade, na região do Rio de Janeiro. O Rio tem espírito, né? A teoria a gente reivindica por parte do nosso território, que é o território de São Paulo. Então, quando viemos pra cá, são vários, são 16 etnias diferentes, com culturas diferentes, línguas diferentes. E esses desafios, essas situações que a gente enfrenta é mais em torno do território, né? Desmatamento, em torno do território do Xingu. E com isso, na época da chuva, por exemplo, tem acontecido muito fluxo de assoreamento nas nascentes do Rio, né? Tanto é que hoje o Xingu está muito raso agora, enquanto passa com outros tempos, a gente vai até em fundo, né? Hoje tem, você vê, nessa época, por exemplo, se você vier hoje no Xingu, você tem bastante praia. Tem uma parte que você consegue atravessar o Rio Xingu caminhando, sabe? E são mais nesse sentido, né? E as fumaças, por exemplo, queimadas em torno do Xingu, né? Às vezes acontece acidente aqui também. Então são mais essas situações, né? E agora, o que a gente vai enfrentar também são explorações legais. A madeira de lei que a gente faz, exploração de madeiras que o pessoal tira pra vender, é tudo envolvido também, né? Os empresários desciam madeireiros, algumas pessoas da nossa comunidade, não é muito, também algumas. Então são essas situações, esses desafios que a gente enfrenta na nossa região.”

Pergunta 4: Mas agora, quando o Rio está mais baixo, vocês conseguem pescar mesmo assim?

Jywateju: “Sim. Os peixes são, acho que fica mais fácil de pescar, né? Em comparação com quando o Rio está cheio. Tem bastante peixe.”

Pergunta 5: Na sua visão, quais são os maiores desafios enfrentados hoje para que a escola consiga ensinar sem perder a ligação com a cultura e os saberes tradicionais do povo Xingu? Tipo falta de material, de estrutura, de internet.

Jywateju: “Então, vou ser assim, muito complicado, muito complexo essa pergunta, né? Eu acho que um dos maiores desafios que a gente enfrenta, ensinando os nossos alunos, as nossas crianças, sem perder os conhecimentos nossos, e a gente fala dos

conhecimentos ocidentais, é importante também na atualidade, né? Mas precisa também a gente ensinar os dois. Então, o que é que a gente vê que é mais atrativo? São coisas muito não indígenas que a gente vê, né? Mas a gente sempre orienta os nossos professores, né? A ensinar os dois conhecimentos. Por exemplo, a língua, a gente só usa de línguas, né? A primeira língua que a gente ensina na comunidade é a língua criativa. Depois, a terceira e a quarta a gente ensina a língua.”

Pergunta 6: Como a FUNAI e outros órgãos do governo têm atuado na região? Na sua opinião, quais ações funcionam bem e quais ainda precisam ser melhoradas?

Jywateju: “Então, basicamente, a FUNAI diferenciou muito também, né? Tinha uma, muito. Eles cuidavam, por exemplo, da educação, eles coordenavam os projetos para essa área. E as formações dos professores, né? Mas atualmente tem sido muito... Como se diz? Tem sido muito fraca, assim, né? As ações não têm aparecido muito, assim. Eles não dão a devida atenção que eles precisam. Sim. A gente acredita que sim, né? Tanto é que tem alguns dados que eles continuam... Eu não via mais reunião da FUNAI com a CEA, né? É muito difícil, né? Tem algumas assistências, mas é muito raro também, né? É. Sim. Eles mandam cesta básica todo mês? Não. No ano passado, eles, na verdade, receberam. Eu acho que recebeu duas vezes. Esse ano, nem uma vez. Eu não sei como é que foi essa parte também, né? Sim. Se eu buscasse que solicitam, eles solicitam, não sei. Mas de vez em quando, eles recebem, mas é muito raro também. Eles deveriam dar uma atenção maior a isso, então. Sim.”

Pergunta 7: E a comunidade ainda pratica a medicina tradicional? Como ocorre a convivência e a integração com o Sistema Único da Saúde (SUS)?

Jywateju: “Os tratamentos são tradicionais, são vários também. Por exemplo, um deles é quando é considerado como medicina também, que é um remédio que quando a moça tem do primeiro filho, aí precisa tirar uma raiz e ir pra banhar o menino pra ele ficar forte, saudável. E tem uma folha também que as padeiras usam pra banhar a moça. Sabe o nome? Em português eu não sei, mas na minha língua a gente chama de carcassim. Carcassim, que as padeiras usam também pra fazer a gelação. E tem

outros também. [...] Sim, no caso, aqui na minha região, por exemplo, tem um distrito, né? Esses profissionais vêm mais pelo... por essa instituição, né? Aí tem um doutor que fica nessa área, fica uns 15 dias, ele fica aqui, vai pras aldeias. Quando tem alguma emergência, assim, ele vai lá na aldeia nos fazer o atendimento. E tanto na parte da odontologia também, agora tem um doutor indígena mesmo, né? Ele vem pra cá, só que ele é de outra região também. Ele vem fazer esse trabalho. E, além disso, tem os profissionais que também trabalham na mesma instituição, que são agentes de saúde. E agora estão se formando os técnicos, né? Técnicos de farmácia. Além das farmacêuticas que vêm aqui da cidade mesmo, que vêm trabalhar aqui. Mas, assim, a gente vê que, pelo sucesso, quando os nossos pacientes, né? Os nossos pacientes, que eu digo, o pessoal que sai e tem problema de saúde, ele sai pra cidade e tem dificuldade de ir lá na fila, né? Às vezes tem que levar para outro município quando tem vaga, né? Então é um pouco difícil. Às vezes dá pra pensar que tem que pagar o remédio, o exame, por exemplo, que é demorado, né? Quando é uma coisa mais urgente, as pessoas têm que pagar o exame particular.”

Pergunta 8: E tem cidades próximas a vocês que dá pra vocês irem pra lá, por exemplo, em hospitais, escolas, faculdades, ou é difícil o acesso? Tipo Querência?

Jywateju: “Sim, tem. Pessoas que moram mais próximo vão ir mais pra lá, né? Tem uns estudantes estudando lá, faz tratamento lá também, né? E tem o Saúde do Xingu, tem Marcellete, que tem os indígenas pra lá também morando e trabalhando também, né? Que vai a família junto. Da Canarana, é um dos que tem mais indígenas. Último censo e última informação que eu tenho acesso, né? Tem bastante indígenas morando lá. E eu acho que é isso.”

Pergunta 9: Como os jovens veem a própria cultura hoje?

Jywateju: “A gente entregou o certificado dos nossos alunos desformados, e aí dentro da programação a gente colocou a festa de gafo, eles fazerem a abertura lá de Palos Cânticos, e lá a gente viu um resultado muito forte, porque a gente viu que as comunidades, os pais se envolveram e eles gostaram bastante, então a gente viu que

é muito forte, mas se a comunidade não incentivar, a gente vê que eles não dão muita importância, são situações que a gente dá, eles não dão muito valor, então assim a gente vê, mas quando toda a comunidade está envolvida é muito forte assim que a gente vê.”

Pergunta 10: Você já vivenciou algum momento em que percebeu claramente a força de resistência cultural? Alguma vivência sua, se você pudesse compartilhar algum momento seu, que mostrou que todo mundo fica junto para resolver problemas, dificuldades que vocês enfrentam.

Jywateju: “Então assim, tipo, os Santos Cacique Brasil, eles têm... Eles têm olhado para esse lado também, né? No passado recente, quando eu comecei a perceber isso, eles se juntavam assim, né? Porque eles não tinham bastante aldeias na época, estava tudo perto, então eles se reuniam e faziam reunião para poder buscar uma estratégia de resolver a demanda. Mas hoje o nosso povo está todo disperso entre as aldeias, atualmente deve ter umas 50, 53 aldeias, então é muito difícil, assim, a logística, né? As pessoas estão morando muito longe, né? Mas sempre tem essa possibilidade, né? Que às vezes tem reunião para poder os caciques se trocar ideia, né? Buscar uma estratégia para poder buscar e solucionar o problema. Problema que a gente tem vivenciado bastante nesses momentos.”

Pergunta 11: Você tem acesso fácil às comunidades locais? Tipo, às regiões? Você consegue falar com uma comunidade próxima de vocês?

Jywateju: “Tem sim, no caso, nós aqui, na empresa da educação, a gente consegue... A gente consegue falar, né? A gente vai ajudar também. Mas tem a região do Xingu e tem a região do Rio Arraia. E o Manito, né? Pena que as regiões são um pouco difíceis, né? No caso para nós. No caso da pessoa da saúde, a gente vê que eles têm mais facilidade, né? De conversar, de dialogar.”

ANEXO

PANHO, Isabella Alonso. Após encontro de Lula com Raoni, governo prepara ofensiva no Xingu. Veja, São Paulo, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/apos-encontro-de-lula-com-raoni-governo-prepara-ofensiva-no-xingu/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MONGABAY. Slash-and-burn clearing nears Indigenous park as Brazil's fire season ignites. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/06/slash-and-burn-clearing-nears-indigenous-park-as-brazils-fire-season-ignites/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SOCIOAMBIENTAL. Acervo Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0PD00005.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

REDE DE SEMENTES DO XINGU. Onde estamos. Disponível em: <https://sementesdoxingu.org.br/onde-estamos>. Acesso em: 14 out. 2025.

AMAZON WATCH. Manifestação indígena contra Belo Monte (imagem). Disponível em: <https://amazonwatch.org/news/2016/0317-belo-monte-a-symbol-of-obscene-destruction-and-corruption-in-brazil>. Acesso em: 25 out. 2025.

EL PAÍS BRASIL. Meio ambiente: Belo Monte ameaça 50 espécies de peixes únicas no mundo. El País Brasil, 08 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/08/ciencia/1452249996_241713.html. Acesso em: 14 out. 2025.

SOUZA, Angelita Matos. Caminhos do desenvolvimento: a UHE Belo Monte como caso ilustrativo da complexidade implicada. Confins [online], 28 | 2016, posto online 30 set. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11055>. Acesso em: 24 out. 2025.

“Instituto Socioambiental. Xingu – Povos Indígenas no Brasil [online]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>. Acesso em: 24 out. 2025.